

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**PSICOLOGIA**

**DISSERTAÇÃO**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PESSOA TRANSEXUAL ENTRE**  
**ESTUDANTES DE PSICOLOGIA**

**PAULA DA SILVA DE ARAUJO**

**2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PESSOA TRANSEXUAL ENTRE  
ESTUDANTES DE PSICOLOGIA**

**PAULA DA SILVA DE ARAUJO**

*Sob a Orientação da Professora*  
**Luciene Alves Miguez Naiff**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Psicologia**, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração em Psicologia.

Seropédica, RJ  
Setembro de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A658 r Araujo, Paula da Silva de , 1991-  
Representações sociais da pessoa transexual entre  
estudantes de psicologia / Paula da Silva de Araujo.  
- 2018.  
52 f.

Orientador: Luciene Alves Miguez Naiff.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação em  
psicologia, 2018.

1. Representações Sociais. 2. Transexualidade. 3.  
Psicologia. I. Naiff, Luciene Alves Miguez , 1969-,  
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Programa de pós-graduação em psicologia III.  
Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

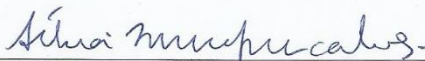
**PAULA DA SILVA DE ARAUJO**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia,  
no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração em Psicologia.

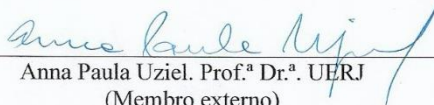
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 11/09/2018



Luciene Alves Miguez Naiff. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. UFRRJ  
(Orientadora)



Sílvia Maria Melo Gonçalves. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. UFRRJ  
(Membro interno)



Anna Paula Uziel. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. UERJ  
(Membro externo)

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser um Deus de infinito amor.

À minha mãe, Semi, por me conceder raízes e asas.

Ao meu pai, Paulo, pelo “paitrocínio”. Entendo como sua forma de estar presente e sou grata.

À minha orientadora Luciene Naiff por apostar nessa pesquisa e em mim.

A todas e todos colegas de turma. Especialmente, à Fê, Gabi, Ju, Rafa, Dai e Paty, obrigada por me deixarem sentar com vocês no recreio.

Aos outros orientandos de tia Lu: Victor, Rafael, Eduardo e Marco, por compartilharem saberes, experiências e angústias.

A todos e todas estudantes que se dispuseram a me ajudar com dicas dos melhores horários e disciplinas para que eu pudesse administrar meus questionários. E, é claro, a todos e todas que me concederam parte de seu tempo e responderam à pesquisa.

À professora Anna Paula Uziel pela inspiração e incentivo de sempre.

E, finalmente, a Capes por financiar essa pesquisa.

## RESUMO

ARAUJO, Paula. **Representações sociais da pessoa transexual entre estudantes de psicologia**. 2018. 59 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

O Conselho Federal de Psicologia não entende a transexualidade como condição psicopatológica, concordando com um movimento mundial pela despatologização das identidades trans. Contudo, são notáveis práticas de psicólogos/as que contribuem para limitar, impedir e marginalizar a experiência identitária transexual. Nesse contexto, buscou-se conhecer as representações sociais da pessoa transexual entre estudantes de psicologia, uma vez que estas podem influenciar em suas posições e práticas profissionais. Participaram da pesquisa 118 estudantes de uma universidade pública do estado do Rio de Janeiro. “Mudança de sexo”, “Gênero” e “Identidade” pareceram os elementos mais fortemente relacionados à transexualidade. O trabalho do/a psicólogo/a foi compreendido como clínico e individual e a formação com relação a gênero e sexualidade, considerada insuficiente ou insatisfatória por grande parte dos/as estudantes.

**Palavras-chaves:** Representações Sociais; Transexualidade; Psicologia.

## ABSTRACT

ARAUJO, Paula. **Social representations of the transgender person among students of psychology**. 2018. 59 p. Dissertation (Master in Psychology). Institute of Education, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

The Federal Council of Psychology does not understand transsexuality as a psychopathological condition, in agreement with a worldwide movement for depathologizing trans identities. However, there are notable practices of psychologists who contribute to limiting, impeding and marginalizing the transsexual identity experience. In this context, we sought to know the social representations of the transsexual person among students of psychology, since these can influence their positions and professional practices. 118 students from a public university in the state of Rio de Janeiro participated in the study. "Gender Change," "Gender," and "Identity" seemed to be the elements most strongly related to transsexuality. The work of the psychologist was understood as clinical and individual and the training regarding gender and sexuality, considered insufficient or unsatisfactory by a large part of the students.

**Keywords:** Social representations; Transsexuality; Psychology.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - A CONSTRUÇÃO DA TRANSEXUALIDADE .....	2
1.1 Transexualidade como Patologia .....	2
1.2 Transexualidade como Identidade .....	7
CAPÍTULO 2 - TRANSEXUALIDADE E PSICOLOGIA: IMPLICAÇÕES .....	11
CAPÍTULO 3 - A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS .....	16
3.1 Gêneses da Teoria .....	17
3.2 Os processos de Ancoragem e Objetivação .....	19
3.3 Estrutura e Dinâmica das Representações: A Teoria do Núcleo Central .....	21
CAPÍTULO 4 - MATERIAL E MÉTODOS .....	23
4.1 Participantes .....	23
4.2 Procedimentos de Coleta .....	26
4.3 Procedimentos de Análise.....	27
CAPÍTULO 5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	29
5.1 Tarefa de Evocação Livre .....	29
5.2 Questões Dois e Três .....	32
5.3 Questões Um e Quatro.....	35
CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES .....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	46



## INTRODUÇÃO

O Conselho Federal de Psicologia não entende a transexualidade como condição psicopatológica, concordando com um movimento mundial pela despatologização das identidades trans. Contudo, são notáveis práticas de psicólogos/as que contribuem para limitar, impedir e marginalizar a experiência identitária transexual.

Segundo a ONG Internacional *Transgender Europe* (2017), o Brasil ocupa o primeiro lugar em números absolutos de assassinatos de pessoas transexuais e o terceiro em números relativos. De acordo com levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2018), 85% dos assassinatos de travestis e transexuais no país são cometidos com requintes de crueldade. A estimativa é que 80% dos assassinos nem se quer tinham relação direta com as vítimas.

Por mais que o/a psicólogo/a não empunhe as armas que machucam e matam transexuais, seu discurso reverbera na vida das pessoas e pode ser cúmplice de violência. Não basta ao/à psicólogo/a não praticar ou ser conivente com qualquer tipo de violência. É princípio fundamental da prática profissional trabalhar visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuir para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão (CFP, 2005, p. 7).

Diante disso, optou-se por pesquisar as representações sociais da pessoa transexual entre estudantes de psicologia. As representações podem influenciar posições e práticas profissionais de futuros/as psicólogos/as. Sá, ao citar Moscovici, destaca que o mais importante na representação social é que ela “produz e determina comportamentos” (SÁ, 1996a, p. 43).

Sendo assim, o objetivo geral da presente pesquisa é identificar as representações sociais de 118 estudantes de psicologia de uma universidade federal do estado do Rio de Janeiro acerca da pessoa transexual. Os objetivos específicos são: identificar a estrutura das representações encontradas, seu núcleo central e sistema periférico; comparar as representações sociais dos/as estudantes dos primeiros períodos do curso com as dos últimos; e, por fim, refletir se, a partir das representações identificadas, é necessário pensar em alterações no currículo acadêmico do curso de psicologia.

O primeiro capítulo da presente pesquisa, “A construção da transexualidade”, traz uma possível constituição histórica do conceito contemporâneo de transexualidade. “A transexualidade como patologia” aborda a especial relação desse conceito com o saber médico e “psi”. “A transexualidade como identidade” acrescenta à discussão um conciso histórico do movimento trans em solo brasileiro.

A seguir, no capítulo 2, “Transexualidade e psicologia: implicações” é abordada a relação da psicologia especificamente com a transexualidade. É dada especial atenção à atuação da psicologia no processo transexualizador brasileiro.

No capítulo 3, é brevemente apresentada a gênese da teoria das representações sociais, os processos de ancoragem e objetivação e a estrutura e dinâmica do núcleo central e do sistema periférico. A seguir, no capítulo 4, é apresentado o método de pesquisa utilizado, os participantes e os procedimentos de coleta e análise de dados. Resultados e discussão são trazidos no capítulo 5 e, por fim, as conclusões encontram-se no capítulo 6.

# CAPÍTULO 1 - A CONSTRUÇÃO DA TRANSEXUALIDADE

## 1.1 Transexualidade como Patologia

A androgenia é antiga na história da humanidade. No século IV a. C., Platão escreveu o mito grego dos andróginos. Entre VIII e XIV d. C., Ovídio narrou o mito do deus Hermafrodito (LEITE JR., 2008). Contudo, a noção de transexualidade, tal como é entendida hoje, é relativamente recente.

Até a segunda metade do século XVII imperava o isomorfismo, corrente de pensamento na qual a mulher era vista como um homem invertido. A partir da leitura de Laqueur (2001), Bento afirma que “A genitália no isomorfismo era um fundamento inseguro para posicionar os sujeitos na ordem social” (BENTO, 2008, p. 22), já que a esta era apenas mais um entre tantos outros elementos de diferenciação entre homens e mulheres. Diante disso, parece equivocado pensar em transexualidade durante o período em que os corpos eram interpretados através do isomorfismo.

A partir do século XIX, o corpo e o comportamento sexual passaram a ser objetos dos reformadores morais e da medicina. Os saberes médicos e psis são os eleitos para entender a transexualidade e delimitar o normal e o patológico (WEEKS, 1999). Segundo Bento (2008), nesse momento histórico se torna politicamente importante diferenciar homens e mulheres mediante o uso do discurso científico para que os corpos possam justificar desigualdades hierarquizadas entre o masculino e o feminino.

O termo “transexualismo” foi utilizado pela primeira vez pelo médico alemão Magnus Hirschfeld em 1910 (CASTEL, 2001). Na década seguinte, Hirschfeld formula a noção de “intermediários sexuais”, passando a entender homossexuais, travestis, hermafroditas e andrógenos como tipos distintos das variações possíveis da sexualidade. É no instituto do médico alemão que, nesse período, são feitas as primeiras tentativas de cirurgias de mudança de sexo (ARÁN; MURTA, 2009).

Os anos 1920 foram agitados também pelo desenvolvimento da teoria da bissexualidade humana universal, inicialmente defendida por Fliess e Freud e, mais tarde, incorporada por Weininger, e pelas descobertas no campo da endocrinologia, onde os hormônios sexuais são identificados quimicamente e se comprova que homens e mulheres possuem tanto hormônios masculinos, quanto femininos (ARÁN; MURTA, 2009).

Essa nova concepção de sexo e as histórias de transformações sexuais através de cirurgias e utilização de hormônios ganham divulgação em revistas científicas e populares nos anos 1930. As pessoas transgêneras irão utilizar-se dessa publicidade para redescrever e reconfigurar suas próprias identidades (ARÁN; MURTA, 2009).

O Transexualismo começa a estabelecer-se enquanto categoria distinta a partir da década de 1950, com os estudos de Harry Benjamin, John Money e Robert Stoller (ALMEIDA; MURTA, 2013). Essa tendência intensifica-se ao longo das décadas de 1960 e 1970, ganhando visibilidade com a formação das associações internacionais que objetivavam discutir diagnóstico e tratamento (SANTOS; SHIMIZU; MERCHAN-HAMANN, 2014). É nesse período que são produzidos os critérios definidores para diagnóstico de pessoas trans (BENTO, 2008), praticamente tais como os conhecemos hoje.

Benjamin corrobora a ideia de que não haveria uma divisão absoluta entre “masculino” e “feminino”, sendo inadequada a determinação do sexo baseada somente nas diferenças anatômicas. O sexo seria composto de diversos componentes, sendo a

predominância de um deles o critério definidor do sexo do indivíduo, em conjunto com a influência do meio social. Exceto o genético, todos os outros componentes do sexo seriam passíveis de modificação através de tratamentos hormonais e cirurgias (ARÁN; Zaidhaft; Murta, 2008).

Em seu livro, “O fenômeno transexual”, publicado em 1966, Benjamin estabelece as bases para se diagnosticar “o verdadeiro transexual”. Entre outros critérios definidores, ele ressalta a abjeção à genitália e recomenda a cirurgia como terapêutica, assinalando a inutilidade das psicoterapias (Bento; Pelúcio, 2012). As afirmações do médico baseiam-se na crença de que as causas da transexualidade seriam genéticas ou endócrinas (ARÁN; Murta; Lionço, 2009). Benjamin vai na contramão dos profissionais psi ao indicar as intervenções corporais como alternativas terapêuticas uma vez que esses ou eram reticentes com relação às cirurgias ou as consideravam mutilações (Bento, 2008).

John Money, um dos componentes do subcomitê sobre distúrbios de identidade de gênero da terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM, vai aprimorar o raciocínio de Benjamin, estabelecendo em 1947 uma independência radical entre sexo real/natural e registro subjetivo do gênero/cultural (ARÁN et al., 2008), cunhando o termo “disforia de gênero” para referir-se a não-adequação entre um e o outro.

Money utilizava a noção de gênero para designar certa plasticidade da sexualidade, passível de ser moldada pela educação e prevalecer sobre o sexo. Essa concepção seguia modelos rígidos do que é “feminino” e “masculino” (Almeida; Murta, 2013):

“características “típicas” de um determinado gênero, tais como gostar de bonecas ou brincar de bola, eram dados de extremo valor, que, unidos à pressuposição de uma heterossexualidade natural, definiam como seria a adequação sexual, de modo a extinguir qualquer possibilidade de ambiguidade. Estas são as definições que irão fundamentar o fenômeno transexual” (Löwy, 2003 apud ARÁN; Murta, 2009, p. 31).

A partir de estudos com crianças intersexuais, Money vai concluir que a identidade sexual é construída ao longo dos primeiros 18 meses de vida e é irreversível. Mesmo considerando um componente social na composição da identidade sexual, o autor vai pensar a disforia de gênero como um distúrbio cerebral que alteraria a imagem sexual do corpo, de forma incompatível com os órgãos genitais do nascimento (Bento, 2006).

É importante ressaltar que mesmo que a criação do termo “disforia de gênero” possa ser creditada a Money, segundo publicação do CLAM (2010), o conceito de “gênero” nasceu do diálogo entre o movimento feminista e suas teóricas dos mais diversos campos, tais como história, sociologia, antropologia. Gênero foi elaborado para evidenciar que não é somente o sexo anatômico o definidor das condutas humanas. O movimento feminista chamou atenção para o fato de que buscas biológicas ou psíquicas para explicar as diferenças entre homens e mulheres encobrem o longo processo de socialização que tornou os indivíduos humanos e os separou em gêneros distintos.

Simone de Beauvoir é uma figura emblemática desse movimento. A obra da filósofa impulsionou a reflexão sobre as desigualdades entre homens e mulheres embasadas num sistema de relações de poder no qual as mulheres são inferiorizadas. Com a célebre frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”, Beauvoir procurou rejeitar uma determinação natural para a conduta feminina (CLAM, 2010).

Robert Stoller irá localizar a gênese da transexualidade na relação do menino com a mãe. A mãe do transexual seria uma mulher com profunda inveja dos homens e um desejo inconsciente de ser homem. Ao ter um filho do sexo masculino, essa mulher estabelece uma relação simbiótica com ele. O resultado disso é a não instauração e resolução adequadas do complexo de Édipo, uma vez que o menino não vê a figura paterna como rival. Para Stoller, a

entrada e a resolução do Édipo são momentos decisivos para a constituição da identidade sexual e de gênero da criança (BENTO, 2006).

Meninos que gostassem de brincar com bonecas e vestidos, por exemplo, deveriam ser tratados desde a primeira infância por um analista para que não se apresentassem na idade adulta como transexuais. O tratamento consistia em induzir terapêuticamente o complexo de Édipo, o que envolvia ressaltar os “elementos estruturantes da identidade masculina hegemônica” (BENTO, 2006).

Bento (2006) observa que nesse processo terapêutico a construção da masculinidade desenvolve-se juntamente à misoginia e à homofobia. A autora cita exemplos de comportamentos desenvolvidos pelos meninos considerados casos de sucesso para Stoller, tais como: atacar fisicamente mulheres, acertar bolas em suas mães, estabelecer regras de comportamento, como “não brincar com meninas”, “não ficar de pé como uma menina” ou “não fazer poses” (p. 143). A agressividade, a identificação com o terapeuta homem, a curiosidade sexual, a agressão e a crescente distância da mãe eram para Stoller indicadores do tratamento bem-sucedido.

Bento chama atenção para que mesmo tendo proposto teses baseadas em referenciais diferentes, Benjamin e Stoller contribuíram para a definição de protocolos e orientações aceitos internacionalmente para o “tratamento” de pessoas transexuais e para a “universalização do/a transexual” (BENTO, 2006, p. 133). Segundo Bento, a multiplicidade de teses e pesquisas sobre a transexualidade “sempre estão mais ou menos agrupadas em torno de uma posição psicanalista ou biologista” (p. 136) e mesmo distintas, as posições trabalham juntas e são partes estruturantes de um dispositivo da transexualidade que busca eficácia por muitos caminhos.

Norman Fisk vai fundamentar uma nosografia psiquiátrica para a disforia de gênero. Ao mesmo tempo em que transporta o autodiagnóstico (não se sentir do sexo adequado) para a definição médica da síndrome, Fisk elege como única escolha terapêutica aquela que as pessoas transexuais solicitam (hormônios e cirurgia) (CASTEL, 2001).

O autodiagnóstico consagrado por Fisk estará presente no cerne dos critérios diagnósticos para pessoas transexuais das edições nove e dez da Classificação Internacional de Doenças (CID), organizada pela Organização Mundial da Saúde, e da terceira e quarta edições do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), da Associação Americana de Psiquiatria (APA).

A CID “é uma convenção médica que estabelece as características das doenças e seus respectivos códigos utilizados e aceitos internacionalmente por médicos/as e outro/as operadores/as da saúde” (BENTO, 2008, p. 88). Tais códigos devem estar presentes em todos os diagnósticos para validá-los legalmente. (BENTO, 2008).

A nona edição da classificação é publicada em 1980, coincidindo com a publicação do DSM-III. A CID-9 trouxe, pela primeira vez, a categoria de transexualismo. Essa categoria é mantida pela atual e última versão da classificação, a CID-10, publicada em 1993 com a contribuição da APA.

Extremamente objetivo, os critérios da CID-10 para o Transexualismo (F64. 0) mais parecem um resumo dos critérios do DSM IV, lançado logo depois. A OMS vai definir o transexualismo através do desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do “sexo oposto”. Desejo esse acompanhado de um sentimento de inadequação ao próprio sexo anatômico e da vontade de submeter-se a intervenção cirúrgica ou hormonal a fim de conformar corpo e “sexo desejado” (OMS, 1993).

Já no DSM, a experiência transexual surge como transexualismo em sua terceira edição, na categoria de Distúrbio de Identidade de Gênero. O DSM, segundo a própria APA, “é uma classificação de transtornos mentais e critérios associados elaborada para facilitar o estabelecimento de diagnósticos mais confiáveis desses transtornos” (2014, p. 42). Embora

concebido inicialmente para uso nos EUA, o DSM foi aceito internacionalmente, sendo traduzido para várias línguas, incluindo o português (APA, 1989).

A característica essencial dos Distúrbios de Identidade de Gênero é a incongruência entre sexo consignado e identidade de gênero. O sexo consignado é exemplificado como aquele registrado na certidão de nascimento, enquanto que a identidade de gênero é explicada como o sentimento de pertença a um sexo. “Identidade de gênero é a expressão privada do papel de gênero, e o papel de gênero é a expressão pública da identidade de gênero” (APA, 1980, p. 78).

Apesar da presença dessas conceituações iniciais sobre sexo, identidade de gênero e papel de gênero, ao longo do texto o DSM III não parece diferenciar esses constructos. É usado na maior parte do tempo o termo “sexo” tanto para se referir aos genitais e outros marcadores biológicos, quanto a pensamentos, comportamentos, desejos e etc. socialmente esperados das pessoas de acordo com esses marcadores.

Os critérios diagnósticos para transexualismo no DSM III são: A. Persistente desconforto e senso de inadequação sobre o sexo indicado. B. Preocupação persistente por pelo menos dois anos por desfazer-se das características sexuais primárias e secundárias e adquirir as características sexuais do outro sexo. C. A pessoa atingiu a puberdade (APA, 1980, p.83).

Em 1994 foi lançado o DSM IV. Nessa versão do manual, o Distúrbio da Identidade de Gênero da Infância e o Transexualismo darão lugar ao Transtorno de Identidade de Gênero, especificado pelo código 302.6 para crianças e 302.85 para adolescentes e adultos. O termo “gênero” é usado na maior parte das vezes, o que parece ser uma tentativa retardatária do DSM de afinar mais seu discurso com discussões feitas por autores como o próprio Money. Contudo, em algumas passagens, o termo “sexo” parece ser utilizado como sinônimo de gênero.

Bento (2008) faz uma importante crítica ao DSM IV em seu livro “O que é transexualidade”. Segundo a autora, “para os formuladores desse manual não existe diferença entre sexo e gênero. São os deslocamentos do gênero em relação ao sexo biológico definidor do transtorno, pois o gênero normal só existe quando referenciado a um sexo que o estabiliza” (p. 85).

Os critérios passam a ser:

- A. Uma forte e persistente identificação com o gênero oposto (não meramente um desejo de obter quaisquer vantagens culturais percebidas pelo fato de ser do sexo oposto).
- B. Desconforto persistente com seu sexo ou sentimento de inadequação no papel de gênero deste sexo.
- C. A perturbação não é concomitante a uma condição intersexual física.
- D. A perturbação causa sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo (APA, 1994, s/p).

Vinte anos depois do lançamento do DSM IV, a APA lançou o DSM V, atual versão do manual. Com uma linguagem mais rebuscada, a quinta edição dedica dez páginas ao diagnóstico global de Disforia de Gênero (em substituição ao Transtorno de Identidade de Gênero), com grupos de critérios separados de acordo com a fase do desenvolvimento para crianças, adolescentes e adultos. A APA irá considerar o termo “Disforia de Gênero” mais descritivo que o termo anterior, já que foca um problema clínico (a disforia), ao invés de patologizar uma identidade.

O texto da atual versão do DSM trará novidades com relação a algumas nomenclaturas. O próprio manual explicita como a área de sexo e gênero é controversa em

relação à conceituação de seus termos e explica que os constructos “sexo” e “sexual” serão utilizados para fazer referência aos “indicadores biológicos de masculino e feminino”, tais como gônadas, hormônios e genitálias.

O manual vai falar em gênero designado e gênero experimentado/expresso. Em algumas passagens, os termos “homem” ou “mulher” são seguidos de “(gênero designado)” para esclarecer que se fala de indivíduos que foram designados como homens ou mulheres ao nascer. Contudo, o texto parece não ter fôlego para utilizar esse mesmo padrão de expressão e, por vezes, deixa o leitor entender do que está sendo tratado pelo contexto. Surgem, nessa edição também, os termos “androfilia” e “ginecofilia” para se fazer referência ao desejo por homens ou mulheres, respectivamente.

O DSM V traz os seguintes critérios diagnósticos:

A. Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado de uma pessoa, com duração de pelo menos seis meses, manifestada por no mínimo dois dos seguintes:

1. Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e as características sexuais primárias e/ou secundárias (ou, em adolescentes jovens, as características sexuais secundárias previstas).

2. Forte desejo de livrar-se das próprias características sexuais primárias e/ou secundárias em razão de incongruência acentuada com o gênero experimentado/expresso (ou, em adolescentes jovens, desejo de impedir o desenvolvimento das características sexuais secundárias previstas).

3. Forte desejo pelas características sexuais primárias e/ou secundárias do outro gênero

5. Forte desejo de ser tratado como o outro gênero (ou como algum gênero alternativo diferente do designado).

6. Forte convicção de ter os sentimentos e reações típicos do outro gênero (ou de algum gênero alternativo diferente do designado).

B. A condição está associada a sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo (APA, 2014, p. 452-453).

É possível notar que o “oposto”, antes presente em “sexo oposto” ou “gênero oposto”, é substituído pelo termo “outro”. Com isso, é aberta a possibilidade de identificação “com algum gênero alternativo diferente do designado”. Essa abertura ao mesmo tempo em que legitima, também patologiza outras possibilidades de ser não-binárias.

Atualmente, no Brasil, além dos documentos da OMS e da APA, os profissionais de saúde contam também com suas próprias convenções a respeito da transexualidade e, especialmente, do tratamento que esta deve receber.

O Conselho Federal de Medicina publicou três resoluções ao longo dos últimos 18 anos e o texto pouco mudou. Além da ausência de transtornos mentais, a definição de transexualismo inclui o desconforto com o sexo anatômico e o desejo de livrar-se das características do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto. Esses “distúrbios” precisam apresentar-se de forma contínua e persistente por, no mínimo, dois anos. Tais critérios aproximam-se daqueles enunciados pelo DSM III, em 1980. Para o acesso à cirurgia, além do diagnóstico de “transgenitalismo”, o CFM estabelece que o indivíduo necessita submeter-se a acompanhamento por equipe multidisciplinar por, no mínimo, dois anos, ser maior de 21 anos e não possuir características físicas inapropriadas para a cirurgia.

Após a justiça acumular diversas demandas pelo custeio do processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o Ministério da Saúde (MS) abriu espaço para a participação popular na construção do processo oferecido pela saúde pública. Quem entrava na justiça pedindo o custeio alegava discriminação baseada no sexo, uma vez que os procedimentos já estavam presentes na cartela do SUS, mas só eram acessíveis àqueles que

concordavam gênero-sexo e em caso de lesão, má-formação, etc. (LIONÇO, 2009).

Em 18 de agosto de 2008, o Ministério da Saúde publicou a portaria nº 1.707 que instituiu, no âmbito do SUS, o Processo Transexualizador. Com fins de regulamentar tal processo, no dia seguinte, a Secretaria de Atenção à Saúde publicou a portaria nº 457. Em 19 de novembro de 2013 a portaria nº 1.707 foi revogada pela de nº 2.803 que redefiniu e ampliou o Processo Transexualizador no SUS. Esses documentos não estabelecem critérios diagnósticos, mas reiteram a resolução do Conselho Federal de Medicina quanto à obrigatoriedade de acompanhamento por equipe multiprofissional por, no mínimo, dois anos.

Uma vez que os/as psicólogos/as tornaram-se integrantes da equipe multiprofissional necessária ao processo transexualizador, o Conselho Federal de Psicologia produziu documentos próprios definindo a transexualidade e orientando a categoria. Esses documentos são discutidos no capítulo 2, “Psicologia e transexualidade: implicações”.

## **1.2 Transexualidade como Identidade**

Costa (2010) analisou relatos contidos no jornal *O Snob*, de circulação entre os participantes da rede de sociabilidade homoerótica no Rio de Janeiro na década de 1960. No início daquela década é possível localizar a dualidade bicha-bofe. As bichas eram entendidas como o terceiro sexo, possuíam codinomes e trejeitos femininos e, sobretudo, assumiam posição passiva na relação sexual com os bofes. Esses, por sua vez, não eram vistos como gays, comportavam-se de maneira máscula e eram ativos no sexo.

Nessa época, o termo “travesti” não aparece enquanto categoria identitária, mas como ação pontual. O indivíduo podia “estar em travesti” ou “botar travesti” quando incorporava um personagem distinto de si mesmo, especialmente em ocasiões festivas (COSTA, 2010).

Ainda segundo Costa (2010), durante a década de 1960, emergiu a categoria dos entendidos. Esses homens, de maneira geral, reivindicavam uma posição mais igualitária entre os parceiros durante o sexo e rejeitavam trejeitos considerados muito femininos. A rejeição pelo feminino remete a busca por maior respeitabilidade social.

A partir dos anos 1970, o movimento de organização dos grupos homossexuais no Brasil começou a se fortalecer. Intelectuais egressos do exílio a que foram submetidos pela ditadura militar engrossaram o movimento e a condição homossexual passou a ser compreendida como atravessada por dimensões como classe, raça, nacionalidade, etc. A agenda de luta se pluralizou e pouco a pouco se construiu a ideia de uma identidade e também de uma comunidade homossexual (LOURO, 2013).

Nos anos 1980, a Aids provocou surgimento de redes de solidariedade para além dos contornos da emergente comunidade homossexual. No entanto, a doença também promoveu uma renovação da homofobia no país (LOURO, 2013). O movimento torna-se, então, mais pragmático na luta pela conquista de direitos.

Na luta pela garantia de direitos dos homossexuais, o termo “orientação sexual” foi eleito para se falar da condição homossexual. Importado da sexologia, o termo formalizou que aquilo que caracteriza a experiência homossexual é o desejo sexual e não a performance de gênero, afastando, assim, o estigma da efeminação (CARVALHO, 2011).

O mesmo movimento ocorrido para diferenciar entendidos e bichas, se reconfigurou na diferenciação entre homossexuais e travestis. Travesti tornou-se lentamente uma categoria identitária de fato ao longo dos anos 1970 e 1980 no Brasil, de acordo com Carvalho (2011). Para esse autor, o binômio violência policial (especialmente na repressão a prostituição) e AIDS foi a pedra fundamental para a constituição do movimento travesti.

No início dos anos 1990, as siglas de encontros e movimentos substituíram a letra “H” de homossexual por “GL”, identificando gays e lésbicas separadamente. Posteriormente, o “L” foi colocado no início das siglas, a fim de aumentar a visibilidade das mulheres lésbicas.

Em meados da década, o “T” de travesti foi finalmente incorporado às siglas pelo movimento, conforme Simões e Facchini (2009 apud CARVALHO, 2011).

Ainda segundo esses autores, a inserção do “T” no movimento não aconteceu sem percalços. Havia uma grande distância na hierarquia social entre os primeiros representantes do movimento homossexual e do movimento travesti. Enquanto que aqueles faziam parte de uma militância intelectualizada, eram jornalistas, professores, universitários, estas organizaram-se, hegemonicamente, nos pontos de prostituição (CARVALHO, 2011).

É interessante notar que a travesti, tal como é popularmente conhecida no Brasil, ou seja, a pessoa que faz intervenções corporais a fim de feminilizar o corpo, adota nome, roupas, adereços e comportamentos considerados femininos e vive assim 24 horas por dia, comumente não desejando uma cirurgia de redesignação sexual, é entendida em outros países como transexual. Mais especificamente transexual secundário, ou pertencente ao Grupo 2 – tipo 4: transexual não indicado para cirurgia, ou Grupo 3 – tipo 5: transexual de intensidade moderada dos trabalhos de Harry Benjamin (LEITE JR., 2008).

O travestismo fetichista do CID 10 e o transtorno transvêstico do DSM V descrevem o que no Brasil é conhecido como *crossdresser*. Grosso modo, pessoas que se vestem com trajes e acessórios do dito sexo oposto durante algumas horas do dia/semana ou períodos da vida e não realizam mudanças corporais significativas (LEITE JR., 2008).

No final dos anos 1990 o movimento transexual começa a se fortalecer. Inicialmente, marcado por um caráter pedagógico no que diz respeito ao que seria a transexualidade, uma estreita relação com serviços de saúde e influência de militantes internacionais. Nessa época iniciou-se uma disputa entre as identidades “travesti” e “transexual” e foi proposto o termo “transgênero” para abarcar a todas, termo esse que nunca se popularizou de fato no país (CARVALHO, 2011).

Além de funcionar como um guarda-chuva conceitual, abrigando travestis e transexuais, a proposta do uso do termo transgênero também intencionava alinhar o discurso nacional com o discurso internacional através da aproximação com o vocábulo *transgender*. O termo pode sugerir uma ideia de trânsito entre gêneros, inicialmente rejeitada por ativistas. Segundo uma das informantes de Carvalho (2011, p. 38): “travestis e mulheres transexuais, até os homens transexuais também, não transitam entre os gêneros, são pessoas que tem o gênero definido. Travestis e mulheres transexuais são do gênero feminino, homens transexuais são do gênero masculino e ponto”.

Transgênero soou ainda aos ouvidos de muitas ativistas como um estrangeirismo, carente de identificação cultural. Cabe pontuar também que a discussão do termo coincidiu com o debate acerca dos alimentos transgênicos, contribuindo para um maior estranhamento do vocábulo de pronúncia parecida (CARVALHO, 2011).

De acordo com Carvalho (2011), entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, o movimento LGBT importou o conceito de “identidade de gênero” da sexologia. A noção de “orientação sexual”, também importada anteriormente, não dava conta de explicar a experiência de travestis e transexuais.

Ainda que localizadas no campo da identidade de gênero, as organizações exclusivamente de transexuais tentaram diferenciar-se da categoria das travestis, categoria essa associada à perversão, prostituição e falsidade. O movimento surge demandando políticas de acesso a tecnologias médicas e procurando entender a transexualidade (CARVALHO, 2011).

Em busca de desvendar o “fenômeno da transexualidade”, o movimento transexual bebeu na fonte de clássicos da sexologia, de Benjamin, Stoller e Money. Essas leituras de clássicos foram facilitadas por um maior grau de escolaridade das transexuais em comparação com as travestis, segundo informantes de Carvalho (2011). Teixeira (2009) realmente aponta para uma possível diferenciação de classe entre travestis e transexuais. Travestis estariam



associadas a camadas mais populares e transexuais a camadas médias.

O movimento travesti, por sua vez, “reagiu”, diferenciando-se também das transexuais. Para algumas travestis, as transexuais são as “loucas” que “realmente acham que são mulheres” e “querem cortar o pinto”. Para essas travestis, as trans estariam desejando não se submeter à verdade do sexo localizada nos genitais, o que não seria possível (LEITE JR., 2008).

Segundo Bento (2008), o debate sobre o que é ser transexual caracteriza-se, principalmente, pela demarcação com a travestilidade. A autora discute a respeito de ambos os pontos levantados pelas travestis de Leite Jr. no parágrafo anterior: a cirurgia de redesignação sexual e o sentir-se mulher. De acordo com Bento, a centralidade da cirurgia vem sendo relativizada pelas pessoas transexuais nos últimos anos. Sobre o sentir-se mulher, diz a autora:

Afirmar que as mulheres transexuais se diferenciam das travestis porque se sentem mulheres é tomar a categoria mulher como um dado que por si só evoca um conjunto de atributos que pertence a todas as mulheres. Simultaneamente, afirmar que me diferencio de você porque me sinto mulher é uma evocação autoritária à medida que afirmo o que sou a partir da antecipação e negação do/a outro/a pelo discurso. (BENTO, 2008, P. 59)

Ainda para a autora, talvez a diferença esteja nos mecanismos usados para se explicitar ou visibilizar as divergências com as normas de gênero. Pessoas transexuais lutam para serem reconhecidas de acordo com o gênero identificado, acionando uma rede de discursos institucionais. Mesmo assim, essa disputa identitária “efetivada às margens não reverbera no centro”(p. 60). Os ditos normais não diferenciam travestis e transexuais, identificando todos sobre a rubrica de “anormais”. É nesse contexto que surgiu uma nova possibilidade: o movimento trans, abarcando travestis e transexuais ainda que sobre tensão.

A partir dos anos 1990, alguns grupos permanecem lutando por inclusão em termos igualitários, outros estão preocupados em desafiar as fronteiras tradicionais de gênero e sexualidade e outros ainda em viver a “ambiguidade da própria fronteira” (LOURO, 2004, s/p). Diante disso, a velha política identitária mostrou sua insuficiência e deu espaço para o despontar de formulações pós-identitárias. Cabe aqui pontuar a respeito da teoria queer.

Queer pode ser traduzido por estranho e também é uma expressão pejorativa usada para se referir a homossexuais. Esse foi o nome eleito por um grupo de intelectuais para descrever seu trabalho e perspectiva teórica. Segundo Louro, “queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier” (2004, s/p). Ou seja, mesmo que o principal alvo da perspectiva queer seja a heteronormatividade compulsória da sociedade, a normalização e estabilidade do movimento homossexual dominante também não passa batida por sua crítica (LOURO, 2004).

Ainda de acordo com Louro (2004), a teoria queer pode ser associada a pensadores ocidentais contemporâneos que, ao longo do século XX, problematizaram as noções clássicas de sujeito, identidade, agência, identificação. É possível citar Freud, Lacan, Althusser, Foucault, Derrida e Butler.

Judith Butler é uma das mais destacadas teóricas queer. Para Butler (2000), a sociedade constrói normas regulatórias que precisam ser constantemente reiteradas para materializar o “sexo”. Dessa forma, o sexo não é um “simples fato ou a condição estática de um corpo” (p. 152), mas um processo.

O fato de as normas precisarem ser repetidas continuamente é sinal de que os corpos não se conformam às normas pelas quais sua materialização é imposta. Além disso, o próprio processo de repetição gera rearticulações que colocam em questão as leis regulamentárias e produzem seres abjetos, ou seja, seres que escapam à norma. Esses seres, contudo, são necessários, pois fornecem os limites para os seres que realmente importam: aqueles que

materializam a norma (BUTLER, 2000).

Segundo teóricos e teóricas queer,

É necessário empreender uma mudança epistemológica que efetivamente rompa com a lógica binária e com seus efeitos: a hierarquia, a classificação, a dominação e a exclusão. Uma abordagem desconstrutiva permitiria compreender a heterossexualidade/homossexualidade como interdependentes, como mutuamente necessárias e como integrantes de um mesmo quadro de referências (LOURO, 2004, s/p).

Os estudos queer podem ser interessantes ferramentas para a psicologia em seus encontros com a transexualidade. O capítulo 2 explicita um pouco melhor a respeito das implicações desses encontros, especialmente no âmbito do processo transexualizador brasileiro.

## **CAPÍTULO 2 - TRANSEXUALIDADE E PSICOLOGIA: IMPLICAÇÕES**

A psicologia pode estar onde quer que haja pessoas. E onde há pessoas pode haver aquelas que se identificam como transexuais. Dessa forma, a psicologia e a transexualidade se encontram nos mais diversos espaços, tais como a clínica, a escola, o meio jurídico ou empresarial. Cabe refletir, então, quais implicações são produzidas a partir desses encontros.

Costa (2017) reflete sobre o quanto a psicologia se desenvolveu preocupada com o controle social e com a delimitação do normal e do patológico. Distanciada da esfera histórica e política, a psicologia contribuiu para concepções universalizantes e naturalizantes da subjetividade.

O Brasil apresenta números expressivos de assassinatos cruéis de pessoas transexuais. Ainda que o/a psicólogo não brade as armas que matam todos os dias transexuais, seus discursos, textos, modos de pensar circulam e podem preparar o terreno para a violência. Baptista (1999) cunha a expressão “amoladores de faca” para referir-se aos/às profissionais de prestígio que “destituídos de aparente crueldade [...] amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva” (BAPTISTA, 1999, p. 46).

Ainda segundo o autor, esses “amoladores de facas” retiram da vida o sentido de experimentação, de criação coletiva, de luta política e de afirmação de modos singulares de existir (BAPTISTA, 1999). Tem a psicologia amolado facas em seus encontros com a transexualidade?

Uziel e Lima (2013) acreditam que sim e exemplificam. Na escola, quando o/a psicólogo/a não aceita o nome social da pessoa transexual ou quando convoca uma reunião com os pais em virtude de um menino gostar de brincar de boneca. No campo jurídico, quando vê com reservas a adoção de crianças e adolescentes por pessoas LGBT.

Na área da saúde, as autoras citam ainda determinadas posturas do/a profissional psicólogo/a no processo transexualizador. O processo transexualizador parece ser um espaço de especial debate na literatura quando se trata da interseção entre psicologia e transexualidade. Diante disso, merece ser analisado mais detidamente.

Foi o CFM que primeiro incluiu o/a psicólogo/a como categoria profissional imprescindível no processo transexualizador, cuja falta “ensejará a paralisação de permissão para a execução dos tratamentos” (CFM, 2010, art. 5º, para. 3º). Além de incluir os/as psicólogos/as, o Conselho Federal de Medicina também prevê que o acompanhamento que esses profissionais devem oferecer precisa levar, no mínimo, dois anos.

Tudo isso é ratificado pelas portarias do Ministério da Saúde. Em sua portaria mais recente, de nº 2.803, o Ministério prevê a presença de um/a psicólogo/a ou de um/a psiquiatra na equipe multiprofissional, o que faz parecer no texto que os trabalhos dessas diferentes categorias profissionais são considerados equivalentes. A portaria nº 457 descreve o que se espera do processo terapêutico e em alguns momentos mantém a indiferenciação psicólogo/a/psiquiatra.

O Conselho Federal de Psicologia publicou uma nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans em 2013, 16 anos depois de o CFM motivar a inclusão da categoria no processo transexualizador. A nota considera como um desafio para a psicologia “garantir à população trans o respeito à dignidade e o acesso aos serviços públicos de saúde” (CFP, 2013, p.2) e afirma a transexualidade e a travestilidade

enquanto “algumas das múltiplas possibilidades de vivência da sexualidade humana” (p. 2) e não como condição psicopatológica.

O que havia sido colocado pelo MS a respeito da psicoterapia no processo transexualizador é reiterado, sendo colocado como objetivo da assistência psicológica a promoção da qualidade de vida da pessoa por meio do acolhimento e do apoio. A nota recomenda ainda aos/às psicólogos/as “considerar as inúmeras variáveis presentes no discurso de pessoas que pleiteiam a cirurgia transexualizadora” (p. 2) e reafirma o direito das pessoas trans a buscarem atendimento na rede pública ou privada.

Diante dessas orientações, o Conselho orienta o/a psicólogo/a a respeitar a “diversidade subjetiva” da pessoa que optar pelo processo transexualizador, pautando seu trabalho “na integralidade do atendimento psicológico e na humanização da atenção” (p. 3) e não se restringindo à cirurgia, tal como já observado pelo Ministério da Saúde. A promoção da autonomia e o esclarecimento sobre o processo são colocados como objetivos da assistência psicológica, devendo o/a psicólogo/a valer-se de pesquisas para respaldar-se teoricamente e superar a heteronormatividade.

A nota orienta que o/a psicólogo/a considere “quaisquer características de desordens psíquicas” no processo de avaliação psicológica a fim de promover saúde e alerta que “a assinatura do termo [de consentimento informado] pelo usuário não exime o profissional ou o serviço de responsabilidade em relação a sua prática” (p.3).

Tenório, em debate de 2014 promovido pelo CFP, chamou atenção para o fato de o Conselho não se posicionar a respeito do acompanhamento psicológico “compulsório” por, no mínimo, dois anos, previsto no processo transexualizador (CFP, 2014). A nota apenas pontua que “O acompanhamento psicológico, requerido pelo Ministério da Saúde, deve basear-se no acolhimento, e/ou na escuta e/ou na avaliação psicológica, quando necessário, ao longo de todo o processo transexualizador” (CFP, 2013, p.3).

A necessidade do acompanhamento psicológico vem do entendimento da transexualidade como doença mental com diversas comorbidades, como ansiedade e depressão. Entretanto, o CFP não compartilha desse entendimento, não entendendo a transexualidade como condição psicopatológica. Nesse contexto, as comorbidades, as quais o DSM se dedica tão longamente a descrever, têm a ver com a maneira como a sociedade lida com a diversidade e com as formas de enfrentamento do sujeito trans diante dessa mesma sociedade. Conforme Áran e Murta:

[...] não podemos perder de vista os contextos cultural e social nos quais esses sintomas [ditos comórbidos] aparecem, já que na transexualidade o risco de patologização de um problema social está sempre presente. Isto não significa, no entanto, que todas as pessoas trans padeçam do mesmo sofrimento e que tenham a mesma trajetória de vida. É surpreendente constatar como, em condições adversas, homens e mulheres transexuais tenham conseguido construir suas vidas de forma satisfatória e produtiva (ÁRAN; MURTA, 2009, p. 22)

Além disso, mesmo entre aqueles que necessitem elaborar melhor suas questões de ordem pessoal, obrigar um sujeito a realizar psicoterapia impõe um problema de ordem clínica. Como esperar o estabelecimento de uma relação de confiança, na qual o sujeito sintasse confortável para se abrir, o que é essencial no setting terapêutico, diante de uma situação que foi “imposta” e não há nada de desejo por parte do sujeito?

Assim sendo, alguns/as psicólogos/as têm pensado em alternativas. Como o Ministério da Saúde ora fala em acompanhamento psicológico, ora em psicoterapia, é possível a realização de um acompanhamento do sujeito trans, sem entrar, necessariamente em um processo psicoterapêutico.

No que tange ao psicodiagnóstico, o/a psicólogo/a pode ser convocado a auxiliar na

separação de transexuais “verdadeiros” e “falsos”. O/A psicólogo/a não detém a verdade do sujeito, as questões da psicologia são outras. O profissional psi pode, no máximo, acompanhar a pessoa na construção de suas verdades. Cabe ao profissional ter clara a orientação do MS acerca da função principal do psicodiagnóstico: indicar elementos a serem trabalhados em psicoterapia. Na ausência do trabalho psicoterápico, alguns/as psicólogos/as relatam um “uso estratégico” dos espaços dos documentos técnicos, colocando neles um pouco da história do paciente transexual.

Até outubro de 2013 mais de 370 grupos e redes da África, América Latina, América do Norte, Ásia, Europa e Oceania haviam aderido à campanha pela despatologização das identidades trans (STP, 2013, s/p). Em novembro de 2014, o CFP iniciou campanha de comunicação em apoio à luta pela despatologização das Identidades Trans e Travestis.

Para os ativistas e grupos que formam a Rede Internacional pela Despatologização das Identidades Trans as instituições médico-psiquiatras agem sobre os corpos das pessoas reproduzindo o binarismo de gênero motivadas por interesses estatais, religiosos, econômicos e políticos e utilizando “o argumento da biologia e da natureza como justificativa da ordem social vigente” (STP, 2013, s/p).

O binômio de gênero “pressupõe a existência única de dois corpos (homem ou mulher) e associa um comportamento específico a cada um deles (masculino ou feminino) ao par que, tradicionalmente, tem-se considerado a heterossexualidade como a única relação possível entre eles” (STP, 2013, s/p). O que escapa ao binômio é invisibilizado e patologizado.

As classificações que guiam os diagnósticos confundem os efeitos da transfobia com aqueles da transexualidade. “Invisibiliza-se a violência social que se exerce sobre quem não se adequa às normas de gênero. Deste modo, ignora-se ativamente que o problema não é a identidade de gênero, mas a transfobia” (STP, 2013, s/p).

Nesse contexto, a Rede exige a retirada da transexualidade dos manuais de doenças mentais, o direito de decidir se querem ou não modificar seus corpos, podendo levar a cabo a decisão sem impedimentos ou coerções, o reconhecimento da transfobia como sustentáculo da classificação psiquiátrica para a experiência transexual, o fim das operações a recém-nascidos intersex e a reelaboração dos programas de atenção à transexualidade, “fazendo da avaliação psiquiátrica um passo desnecessário e do acompanhamento psicoterapêutico uma opção voluntária” (STP, 2013, s/p).

Fora do âmbito médico, ativistas e grupos que formam a Rede exigem o direito de modificar nome e sexo nos documentos oficiais sem a necessidade de avaliação médico-psicológica, o acesso ao mercado de trabalho, a execução de políticas públicas que combatam a discriminação de pessoas trans, condições de saúde e segurança na realização do trabalho sexual, fim do assédio policial e do tráfico sexual, concessão imediata de asilo político à pessoas trans imigradas devido a situações de violência e plena equiparação de direitos às pessoas migrantes (STP, 2013).

Para que as reivindicações do movimento pela despatologização ganhem força, é preciso que seus defensores derrubem uma série de argumentos em defesa da patologização do gênero. Bento e Pelúcio (2012) fazem um esforço teórico-político de desconstrução desses argumentos apresentado a seguir.

O primeiro argumento levantado pelos defensores da patologização do gênero e apresentado por Bento e Pelúcio fala da diferença natural dos gêneros. Autores como Foucault, Laqueur, Butler já teorizaram o que Fausto-Sterling (2001) sintetiza muito bem quando escreve que “aqueles sinais e funções corporais que definimos como masculinos e femininos já vêm misturados em nossas ideias sobre o gênero” (p. 19). A partir de Fausto-Sterling, Bento e Pelúcio (2012) complementam que gênero é desde sempre cultura, mas relacionado às relações de poder que à natureza. Se sexo e gênero são categorias historicamente construídas, podem ser desconstruídas e reconstruídas.

O segundo argumento se refere a uma visão da pessoa transexual como potencialmente suicida, especialmente no pós-cirúrgico. Bento e Pelúcio (2012) citam diversos autores, tais como Arán, Bento e Lionço, que evidenciam a fragilidade desse argumento. Essa visão suicidógena sustenta a necessidade de um protocolo rígido no processo transexualizador. Se há experiências e práticas de gênero diversas e as pessoas trans são capazes de significar as transformações corporais que realizam para as autoras, não há justificativa para protocolo fundamentado no transtorno.

O terceiro argumento versa sobre uma possível desobrigação do Estado de custear o processo transexualizador em caso de despatologização das identidades trans. Bento e Pelúcio sinalizam o entendimento do Estado como uma entidade substantiva e metafísica presente nesse argumento. “O Estado ganha sua concretude nas ações de sujeitos históricos” (p. 577) e não deve contradizer sua definição universalizante.

O quarto e último argumento trazido pelas autoras é aquele que defende a patologização porque ela estaria provada cientificamente. Bento e Pelúcio pontuam que a classificações apresentadas pelo DSM são questionáveis em termos de verificabilidade e testabilidade e essas limitações estão assinaladas no próprio manual.

Uma primeira conquista do movimento pode vir com a publicação da CID-11. Em entrevista à Folha de São Paulo, Geoffrey Reed, diretor de saúde mental da OMS, declarou que “comportamentos sexuais que são inteiramente privados ou consensuais e que não resultem em danos à outras pessoas não devem ser considerados uma condição de saúde. Não há razão para isso” (COLLUCCI, 2013). Segundo a reportagem o Transtorno de Identidade de Gênero deverá passar a se chamar Incongruência de Gênero e sairá da seção de doenças mentais para figurar em um novo capítulo denominado “condições relativas à sexualidade”.

No Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais (29/1), o CFP publicou a Resolução CFP 01/2018 que estabelece normas de atuação para psicólogas e psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. A assinatura do documento foi transmitida através das redes sociais da entidade e foi seguida de um debate com ativistas trans e estudiosos da transexualidade.

A resolução assim define expressão de gênero: “a forma como cada sujeito apresenta-se a partir do que a cultura estabelece como sendo da ordem do feminino, do masculino ou de outros gêneros”. Conceitua também identidade de gênero como a “experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo e outras expressões de gênero”.

Expressões e identidade de gênero são consideradas na resolução como possibilidades da existência humana, não devendo ser compreendidas como psicopatologias, transtornos mentais, desvios e/ou inadequações. O documento considera ainda que

cisnormatividade refere-se ao regramento social que reduz a divisão das pessoas apenas a homens e mulheres, com papéis sociais estabelecidos como naturais, postula a heterossexualidade como única orientação sexual e considera a conjugalidade apenas entre homens e mulheres cisgêneros [...] discursos e práticas que excluem, patologizam e violentam pessoas cujas experiências não expressam e/ou não possuem identidade de gênero concordante com aquela designada no nascimento (CFP, 2018)

Diante disso, resolve que o/a psicólogo/a contribuirá para eliminação da transfobia, preconceito e discriminação contra pessoas transexuais e travestis, não favorecendo, sendo conivente ou omissivo perante essas questões. Resolve também que o/a psicólogo/a não exercerá ou colaborará com qualquer ação que favoreça a patologização das pessoas transexuais e travestis ou visem a terapias de readequação de identidade de gênero. Ao contrário, o/a psicólogo/a deve legitimar a autodeterminação da identidade de gênero.

A resolução se embasa nos seguintes documentos: Constituição Federal, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Convenção de Yogyakarta, Declaração de Durban, Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e o próprio Código de Ética Profissional das Psicólogas e Psicólogos.

Na prática, a nova norma complementa a resolução 001/99 que estabelece normas muito parecidas de atuação para os/as psicólogos/as em relação à questão da Orientação Sexual. No mesmo dia da publicação da 001/2018, o CFP recebeu o prêmio “Parceiros do combate à Transfobia em 2017”, pela Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (RedTrans Brasil), demonstrando o alinhamento das posições do conselho com os interesses do movimento trans brasileiro.

### CAPÍTULO 3 - A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

“O que você estuda?” é uma pergunta que assombra nove entre dez pesquisadores novatos no campo das representações sociais. Responder “Representações Sociais” leva à pergunta seguinte: “E o que são representações sociais?”. O temor não se deve tanto a um possível despreparo acadêmico dos “calouros”. Tem, na verdade, relação com a dificuldade conceitual própria do campo.

A tarefa de definir objetivamente o conceito de representações sociais é tão árdua que Sá (1996a), após analisar uma dúzia de obras importantes da área, constatou que vários autores não começam suas exposições pela conceituação das representações. Preferem recorrer a uma “espécie de preparação indutiva do leitor” (SÁ, p. 30).

Entre os autores estudados por Sá, está o próprio pai da teoria das representações sociais, Serge Moscovici. Por um lado, Moscovici afirmava a dificuldade de conceituar as representações. Por outro, resistia a dar uma definição objetiva para o conceito. Moscovici temia que uma tentativa no sentido de definir precisamente as representações sociais poderia reduzir o alcance conceitual da teoria (SÁ, 1996a).

Ibañez (1988 apud Sá, 1996a) atribuiu uma das dificuldades de definição ao caráter polimorfo do conceito de representações sociais. Ou seja, à integração de toda uma série de conceitos de alcance ainda mais restrito que o próprio conceito de representações. Contudo, segundo Moscovici (1976 apud Sá, 1996a), mesmo que o conceito de representações sociais não seja fácil de captar, a realidade desse mesmo conceito é. Logo, ainda há esperança para compreendê-lo.

Para iniciar a discussão sobre o conceito, cabe esclarecer um primeiro ponto. Ao pensar no significado de representação, é possível que a primeira perspectiva que venha à mente seja a de uma reprodução mental de algo dado no “mundo material”. Moscovici não compactua com essa acepção. Para ele, a representação não é reprodução e sim, construção, não havendo “corte entre o universo interior e o universo exterior do indivíduo” (MOSCOVICI, 1969, p. 9 apud por VALA, 2004, p. 459).

Segundo Vala (2004), Moscovici equiparava as representações sociais aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais ou ainda ao senso comum. No entanto, Moscovici deixa claro que não se interessa em ocupar-se das representações das sociedades primitivas ou do que resta delas na cultura de seu tempo. A teoria das representações sociais se interessa por aquelas representações que não tiveram tempo de sedimentar-se e tornarem-se tradições.

Em esforço de sistematização desse complexo campo do conhecimento, Jodelet definiu representação social como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 1989 apud SÁ, 1996a, p. 32). Essa definição parece ter trazido uma trégua conceitual ao campo (SÁ, 1996b) e servirá a esta presente sessão do texto.

Moscovici, o precursor da teoria das representações sociais, como já mencionado anteriormente, nasceu em 1925 na Romênia e veio a falecer em 2014 na França. Experienciar as agruras do seu tempo, especialmente os *pogroms*, marcou intelectualmente o autor. Ao localizar as origens da legitimação da violência antissemita nas universidades, Moscovici passou a se questionar a respeito da máxima de que o povo não pensa, cabendo apenas aos



intelectuais pensar racionalmente (WOLTER, 2014).

O autor sentiu-se incomodado com parte da psicologia social da época que considerava o pensamento popular impuro e acreditava na correção deste através da propagação do conhecimento científico (WOLTER, 2014). Na década de 1950, o debate em torno da psicanálise saiu dos círculos intelectuais e repercutiu na imprensa, alcançando as camadas mais populares da população. Diante disso, Moscovici interessou-se em saber como o homem comum se apropriava, transformava e utilizava uma teoria científica, no caso, a psicanálise (VALA, 2004).

A teoria das representações sociais faz parte de um terceiro momento da história das teorias do conhecimento. Em um primeiro momento, a epistemologia clássica é hegemônica e os cientistas estão preocupados com a apreensão da realidade. Num segundo momento, a partir dos anos 1920, o conhecimento passa a ser relativizado pela história e pelo culturalismo. No entanto, permanece a separação entre ciência-verdade e senso comum-ilusão (SPINK, 2012).

É apenas em um terceiro momento que as teorias do conhecimento ampliam o olhar para o ver o senso comum não só como forma válida de conhecimento, mas também como capaz de criar a realidade social. Moscovici inscreve sua teoria, entre as perspectivas construtivistas que se esforçam por mudanças quanto ao estatuto da objetividade e da busca da verdade (SPINK, 2012).

Dessa forma, de maneira geral, Moscovici quis investigar como os indivíduos em interação constroem teorias sobre objetos sociais, tornando viável a comunicação e a organização dos comportamentos (MOSCOVICI, 1969 apud VALA, 2004), ou seja, como se constrói um mundo significativo. Nesse sentido, cabe pontuar que as representações não se alimentam apenas das teorias científicas, mas também dos “grandes eixos culturais, das ideologias formalizadas, das experiências e das comunicações cotidianas” (VALA, 2004, p. 458).

Moscovici realizou entrevistas com amostras representativas de diferentes grupos da sociedade francesa e analisou o conteúdo da imprensa de diferentes orientações ideológicas. E então, em 1961, publicou *La Psychanalyse, son image et son public*. É nessa obra que a representação social foi apresentada como um novo objeto para a psicologia social.

Quinze anos depois, o texto foi profundamente reformulado, dando origem a uma segunda edição do livro (JESUINO, 2014) e ganhando maior popularidade na comunidade científica (LAHLOU, 2014). O conceito de representação social é hoje um conceito central em Psicologia Social e seu estudo contribuiu para a diferenciação de uma psicologia social europeia (VALA, 2004).

Quanto ao Brasil, o ingresso e desenvolvimento da teoria das representações sociais ocorreram apenas no final da transição democrática. Para Vieiralves (2014), isso não se deu por acaso. Segundo o autor, qualquer regime totalitário prega o pensamento único e enxerga as diferenças como ameaça. O estudo das representações sociais, ao se voltar para o senso comum e para o pensamento social nascido no cotidiano, evidencia a pluralidade e multiplicidade dos grupos presentes na sociedade, tornando-se, assim, ameaçador ao regime.

Ainda segundo Vieiralves (2014), mesmo com trinta anos de atraso, os pesquisadores brasileiros tem se esforçado ao longo das últimas duas décadas para contribuir na construção gradativa do campo das representações sociais. O presente trabalho atreve-se a ser um tijolinho nessa construção.

### **3.1 Gêneses da Teoria**

Moscovici reconheceu uma dívida ao trabalho de um grande nome da sociologia, Durkheim (DUVEEN, 2007). O conceito de representações coletivas de Durkheim serviu

como ponto de partida para as representações sociais. No entanto, Moscovici estabeleceu diferenciações importantes entre os dois conceitos que justificam o uso do termo “social” ao invés de “coletivo”.

Primeiro, para a sociologia de Durkheim, as representações são irreduzíveis, não importando sua estrutura ou dinâmica interna, justamente aquilo que para Moscovici é essencial. Segundo Moscovici, é preciso cindir a representação, descrevê-la e explicá-la (MOSCOVICI, 2007).

Em segundo lugar, a inclusão de qualquer ideia, emoção ou crença na definição de representação coletiva constituía para Moscovici um problema sério. Para ele, “as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos” (MOSCOVICI, 2007, p. 46).

Além disso, Moscovici considerava as representações como estruturas dinâmicas, diferentemente da concepção estática de Durkheim (MOSCOVICI, 2007). Dessa maneira, o estudo das representações sociais seria mais adequado no contexto de sociedades modernas, caracterizadas pelo pluralismo e rápidas mudanças econômicas, políticas e culturais. Hoje, poucas representações são verdadeiramente coletivas, como nas sociedades menos complexas que eram do interesse de Durkheim (FARR, 2012).

Nas sociedades pré-modernas, as instituições centralizadas da Igreja e do Estado estavam no ápice da hierarquia do poder e eram as responsáveis pela legitimação do conhecimento e das crenças. Na modernidade, por outro lado, constitui-se uma descentralização do poder e novos atores, tais como a ciência e o senso comum, passaram a disputar a legitimação das crenças e conhecimentos. “O fenômeno das representações sociais pode, neste sentido, ser visto como a forma como a vida coletiva se adaptou a condições descentradas de legitimação” (DUVEEN, 2007, p. 17).

É interessante pontuar também que Durkheim valorizou a capacidade de manutenção da coesão social das representações. A psicologia social de Moscovici, por sua vez, é orientada para como as coisas mudam na sociedade, o que é possível notar em *La Psychanalyse, son image et son public*, uma vez que nessa obra o autor analisa transformações do senso comum (DUVEEN, 2007).

Tendo escolhido Durkheim como ancestral de sua teoria, Moscovici marcou, além de uma continuidade entre o estudo das representações coletivas e das representações sociais, uma relação harmoniosa com o passado e um desinteresse a respeito de uma filosofia de ciência positivista (FARR, 2012).

Moscovici foi à contramão de Allport. O psicólogo americano fez uma escolha teórica (e política) por Comte, fundador do positivismo, como ancestral da psicologia social (FARR, 2012). Allport e Moscovici se tornaram ícones de duas linhas diferentes da psicologia social, a psicologia social psicológica e a psicologia social sociológica, respectivamente.

Sobre forte influência do behaviorismo, a psicologia social psicológica estabeleceu-se como predominante no cenário norte-americano, caracterizando-se pelo interesse acerca dos processos intraindividuais responsáveis pela maneira como os indivíduos respondem a estímulos sociais (FARR, 2012).

Já a psicologia social sociológica adquiriu sua própria identidade no continente europeu motivada pela crise da psicologia social na América do Norte, nos anos de 1970. Diferenciou-se por demonstrar maior preocupação com a estrutura social e privilegiar os fenômenos que emergem dos diferentes grupos e sociedades (FERREIRA, 2010).

“Desde o início, a teoria das representações sociais de Moscovici se constituiu numa importante crítica sobre a natureza individualizante da maior parte da pesquisa em psicologia social na América do Norte” (FARR, 2012, p. 43). Se hoje se fala em uma psicologia social europeia, isso muito se deve ao estudo das representações sociais (VALA, 2004).

A perspectiva psicossociológica que anima o conceito de representações sociais

confunde suas raízes com as raízes da sociologia e da psicologia. Além do já citado Durkheim, cabe referir como importantes antepassados da teoria das representações sociais Wundt e McDougall por dividirem suas obras em objetos psicológicos e psicossociológicos, ainda que dissociados (VALA, 2004).

Os autores dos primeiros ensaios de articulação psicossociológica merecem menção:

Bartlett (1932) e o seus estudos sobre a memória, que relacionam estruturas cognitivas e quadros sociais; Piaget (1932), que liga as estruturas de desenvolvimento intelectual e as concepções dominantes do bom e do mau, na sua obra sobre o *Juízo Moral na Criança*; Mead (1934/1963), que articula símbolos, representações e interações comunicativas. É, também nesta tradição de análise do pensamento social no interior da psicologia, que procede primeiro por distinção de níveis analíticos, e depois por articulação, que se inscreve o conceito de representação social (VALA, 2004, p. 489).

A noção de convencionalização de Bartlett, em especial, é bastante próxima ao conceito de ancoragem de Moscovici. Ambos os autores inspiraram-se em muitas das mesmas fontes francesas e Moscovici cita o colega em seus estudos (FARR, 2012).

### **3.2 Os processos de Ancoragem e Objetivação**

É no curso dessas transformações do pensamento social que os processos de formação das representações sociais se tornam significantes (DUVEEN, 2007). Moscovici explicita dois deles: a ancoragem e a objetivação. São processos intrinsecamente ligados e não sequenciais (VALA, 2004). Contudo, de maneira a atender os objetivos do presente capítulo, cabe falar deles de maneira separada.

A ancoragem é o processo pelo qual o estranho, o novo, torna-se familiar. Funciona da seguinte maneira: quando um sujeito é apresentado a um objeto desconhecido, sente-se ameaçado, resistente, distanciado desse objeto. Para vencer isso, precisa acessar seu “sistema particular de categorias” e comparar o objeto estranho aos paradigmas categóricos que conhece (MOSCOVICI, 2007).

Ao encontrar uma categoria que pareça ser capaz de receber o novo objeto, este é então acrescentado a ela. “É quase como que ancorar um bote perdido em um dos boxes (pontos sinalizadores) de nosso espaço social.” (MOSCOVICI, 2007, p. 61). Cabe esclarecer que essa categorização não é feita de maneira aleatória. As representações compõem o quadro no interior do qual adquirem sentido os sistemas de categorização (VALA, 2004).

De acordo com Moscovici (2007), qualquer opinião que se relacione com a categoria passará a se relacionar também com o objeto. Nesse sentido, “a ancoragem refere-se à instrumentalização social do objeto representado” (VALA, 2004). Ou seja, a maneira como os sujeitos reagirão e se comportarão perante o novo objeto será baseada na maneira como se deve reagir e se comportar perante outros objetos já conhecidos pertencentes à mesma categoria.

A essa altura, é possível pensar que da maneira como funciona a ancoragem, não é possível que ocorram novas aprendizagens e comportamentos inovadores. No entanto, o objeto desconhecido é reajustado para que se enquadre na categoria que o recebeu e a categoria também sofre mudanças para acolher o novo objeto. “O processo de ancoragem é, a um tempo, um processo de redução do novo ao velho e reelaboração do velho tornando-o novo” (VALA, 2004, p. 474-475).

Ao estudar a representação da psicanálise, Moscovici verificou a associação entre o método de livre associação e a confissão. A representação já constituída da confissão pôde servir de ancoragem a uma nova representação. Na época do estudo, Moscovici já previa que

uma vez a psicanálise sendo aceita e se tornando uma “representação social de pleno direito”, a confissão seria vista, mais ou menos, como uma forma de psicanálise (MOSCOVICI, 2007).

O outro processo de formação das representações sociais é a objetivação. Objetivar é “reproduzir um conceito em uma imagem” (MOSCOVICI, 2007, p.71), dando materialidade a um objeto abstrato. A objetivação tem a mesma finalidade da ancoragem, tornar o não-familiar, familiar.

Elementos de sentido relativos a um objeto sofrem um processo de seleção e reorganização de acordo com as normas e valores sociais. Alguns elementos podem ser esquecidos se não houver referências imagéticas facilmente acessíveis para eles ou se as imagens lembradas são consideradas tabus (MOSCOVICI, 2007). Outros elementos, no entanto, podem ser acentuados. Segundo Allport e Postman (1945-1965 apud VALA, 2004), esses elementos valorizados são, geralmente, de natureza explicativa, fornecendo um porquê e uma conclusão.

As imagens selecionadas para os elementos de sentido mais facilmente representáveis são integradas no que Moscovici chamou de núcleo figurativo. Esse conceito pode ser definido como um “complexo de imagens que reproduzem visivelmente um complexo de ideias” (MOSCOVICI, 2007, p. 72).

No estudo de Moscovici sobre a representação da psicanálise, por exemplo, o par inconsciente-consciente integra o padrão popular da psiquê, devido a sua aproximação com outras dualidades comuns, tais como involuntário-voluntário, alma-corpo, interno-externo. Já o termo libido, de grande importância para a teoria psicanalítica, é esquecido por ser objeto de um tabu (MOSCOVICI, 2007).

Com o tempo, a

imagem do conceito deixa de ser um signo e torna-se a réplica da realidade, um simulacro, no verdadeiro sentido da palavra. A noção, pois, ou a entidade da qual ela proveio, perde seu caráter abstrato, arbitrário e adquire uma existência quase física, independente. Ela passa a possuir a autoridade de um fenômeno natural para os que a usam. (MOSCOVICI, 2007, p. 74)

A objetivação pode dar-se através da personificação, da figuração e da ontologização. A personificação consiste em materializar uma ideia num nome ou num rosto. De acordo com Vala (2004), a personificação pode assumir duas modalidades: a exemplarista e a prototípica. A perspectiva exemplarista supõe “a personificação de uma ideia, crença ou teoria em personagens que a simbolizam” (VALA, p. 469). Os atributos de uma dada categoria variam com o registro de novos personagens-exemplos.

Já na perspectiva prototípica, entende-se que a personificação ocorre sob a forma de protótipos. Um protótipo é um tipo ideal, possuidor de um conjunto de características que definem os membros de uma categoria. Diferentemente da personificação, ao se pensar numa determinada categoria, a personagem que se evoca não é um indivíduo a ou b, mas um protótipo que reúne as características típicas da categoria (VALA, 2004).

A figuração ou metaforização se refere ao processo através do qual imagens e metáforas substituem conceitos complexos. De acordo com Lakoff e Johnson (1980 apud VALA, 2004, p. 472), “as metáforas não são meras figuras de estilo ou retórica, mas expressões do próprio processo de pensamento, permitindo transferência de sentido e a naturalização do que era uma abstração conceptual”. Por fim, a ontologização diz respeito ao processo de objetivação em que qualidades humanas ou de outros seres são atribuídas a ideias ou palavras (VALA, 2004).

Tendo falado de como se formam as representações sociais, cabe agora discorrer a respeito da finalidade das representações. Abric (1994 apud SÁ, 1996a) sistematizou as quatro funções essenciais das representações apresentadas a seguir: as de saber, as identitárias, as de

orientação e as justificatórias.

As representações sociais permitem compreender e explicar a realidade. Através delas, os sujeitos adquirem conhecimentos e os integram de acordo com suas capacidades cognitivas e valores. As funções de saber comportam uma subcategoria, a das funções comunicativas. Para haver comunicação, é preciso que haja um sistema de categorização e interpretação comuns, o que é definido pelas representações (ABRIC, 1994 apud SÁ, 1996a).

Através das representações, é possível a elaboração de identidades pessoais e grupais. Essa elaboração é gratificante uma vez que é compatível com sistemas de crenças e valores. Desempenha também um papel importante no controle social exercido pela coletividade sobre seus membros (ABRIC, 1994 apud SÁ, 1996a).

As representações orientam comportamentos e práticas. A representação age sobre a realidade visando torná-la conforme a representação e produzindo um sistema de expectativas e antecipações que define o que é tolerável ou não intolerável em cada contexto. Uma vez assumida uma posição ou comportamento, as representações permitem justificá-los (ABRIC, 1994 apud SÁ, 1996a). Ou seja, o sujeito correlaciona uma representação à ação já executada, conferindo sentido ao comportamento (VALA, 2004).

### **3.3 Estrutura e Dinâmica das Representações: A Teoria do Núcleo Central**

Até os anos 1970, desconcertava estudiosos o fato das representações sociais serem, por um lado, estáveis, rígidas e consensuais e, por outro, móveis, flexíveis e marcadas fortemente por diferenças individuais. Para sanar essas aparentes contradições no campo e em complemento a grande teoria das representações sociais, nasce a teoria do núcleo central, proposta pela primeira vez em 1976 por Jean-Claude Abric (SÁ, 1996a).

A teoria estrutural do núcleo central, como também pode ser chamada, teve sua validade demonstrada em numerosas pesquisas. Sua noção de representação social é de um conjunto estruturado, organizado e hierarquizado construído tanto sob uma lógica cognitiva quanto social. Dessa forma, é preciso conhecer a estrutura das representações para compreendê-las, o que pode ser feito através de métodos quantitativos (CAMPOS, 2003).

De acordo com Abric (1994 apud SÁ, 1996a), as propriedades contraditórias da representação resultam da própria estrutura e modo de funcionamento desta. A representação social é uma entidade unitária regida por um sistema interno duplo: um sistema central, constituído pelo núcleo central da representação, e um sistema periférico, constituído pelos elementos periféricos.

Abric reconheceu que a ideia de centralidade não é nova, remetendo- a aos primeiros textos, de 1927, de Fritz Heider sobre fenômenos de atribuição. “Abric, particularmente, assimila de Heider a identificação de uma tendência a se atribuir os eventos percebidos no ambiente a núcleos unitários de significado, que dariam um sentido global à diversidade dos estímulos imediatos” (SÁ, 1996a, p. 64).

O autor se apoiou também nos estudos de Salomon Asch, de 1946, sobre a percepção social. Abric constatou nesses estudos a presença de um elemento central que determina o significado do objeto em questão. Verificou ainda que a transformação desse elemento central leva uma modificação radical de impressão sobre o objeto (SÁ, 1996a).

A própria teoria das representações sociais serviu como fonte para o embasamento teórico de Abric. O autor inspirou-se no conceito de núcleo figurativo de Moscovici, já apresentado aqui como fruto do processo de objetivação. No entanto, distanciou os conceitos de núcleo figurativo e núcleo central. Abric ressalta que o núcleo central não tem necessariamente um caráter imagético, acentuando aspectos valorativos e cognitivos, em detrimento da estrutura figurativa e simbólica proposta por Moscovici para o núcleo figurativo (SÁ, 1996a).

As características estáveis, rígidas e consensuais da representação dizem respeito ao núcleo central. Ele é determinado pelas condições históricas, sociológicas e ideológicas do grupo. Marcado pela memória coletiva e pelo sistema de crenças do qual o grupo partilha, o núcleo central constitui uma base comum que confere homogeneidade ao grupo. Por ser resistente à mudança garante também a continuidade da representação (ABRIC, 1994 apud Sá, 1996a).

O sistema central tem uma dupla função: genética e organizadora. A função genética diz respeito a geração e transformação do significado dos elementos presentes no campo da representação. A função organizadora tem a ver com a organização dos elos entre esses mesmos elementos (CAMPOS, 2003).

Diferentes elementos do sistema central podem ser ativados dependendo do objeto social em questão na situação, da relação do grupo com esse objeto e da finalidade da situação. Situações com uma finalidade mais prática despertarão, prioritariamente, elementos de caráter funcional. Situações com forte carga ideológica ou socioafetiva ativarão, privilegiadamente, elementos mais normativos do núcleo (CAMPOS, 2003).

Atributos móveis, flexíveis e evolutivos ficam por conta do sistema periférico. Toda essa elasticidade do sistema periférico permite a integração de “variações individuais ligadas à história própria do sujeito”. Ou seja, “representações sociais individualizadas organizadas não obstante em torno de um núcleo central comum” (ABRIC, 1994, pp. 70-80 apud SÁ, 1996a, p. 74).

Ainda citando Abric, Sá (1996a) coloca que o sistema periférico faz a interface entre o núcleo central e a realidade, permitindo uma adaptação contextual à representação. Esse sistema serve também como proteção ao sistema central uma vez que absorve novas informações que venham a surgir no meio e que possam colocar em risco o núcleo. Em caso de necessidade, tal qual um para-choque, o sistema periférico protege o que é vital podendo sair, contudo, deformado.

Segundo Campos (2003), dentro do contexto de modificação das circunstâncias externas, há três tipos de processos de transformação da representação: a transformação resistente, a progressiva e a brutal. Quando as circunstâncias são percebidas como reversíveis, os indivíduos desenvolvem mecanismos de defesa que evitam a criação de novas práticas e protegem o núcleo central de esfacelar-se, pelo menos em curto prazo. A transformação nesses casos é chamada de resistente.

Diante de uma nova realidade entendida como irreversível e em que novas práticas precisam surgir, a transformação das representações será progressiva ou brutal. Se as novas práticas não estiverem em total desacordo com o núcleo central, a transformação da representação será progressiva, também chamada de transformação sem ruptura (CAMPOS, 2003).

Caso as novas práticas exigidas estiverem em desacordo com o núcleo central, estas irão provocar uma transformação brutal das representações sociais. Flament (2001) propõe que quando muitos elementos contraditórios transformam esquemas normais em esquemas estranhos, constata-se grande número de racionalizações, frequentemente contraditórias entre si. O acúmulo dessas racionalizações cria uma incoerência intra e interpessoal, da qual só é possível sair com um retorno às práticas antigas ou com a reestruturação do campo da representação.

Se o retorno às práticas antigas é possível, o problema está sanado. Contudo, quando não é possível, “o núcleo se fratura e seus elementos se dispersam, cada um evoluindo segundo uma lógica própria, encontrando-se, com um sentido modificado, integrado de forma mais ou menos central numa nova representação” (FLAMENT, 2001, p. 182).

## CAPÍTULO 4 - MATERIAL E MÉTODOS

### 4.1 Participantes

Spink (2012) fala das duas perspectivas ricas para o estudo das representações sociais enquanto processo: “de um lado a perspectiva mais tradicional de estudar muitos para entender a diversidade; de outro o estudo de casos únicos para buscar na representação-ação os mecanismos cognitivos e afetivos da elaboração das representações” (p. 100). Escolheu-se trabalhar na presente pesquisa com vários sujeitos.

Sendo assim, participaram da pesquisa 118 estudantes do curso de psicologia de uma universidade federal no estado do Rio de Janeiro. O único critério de inclusão na amostra foi o período em curso, o/a estudante deveria estar entre o primeiro e o terceiro período ou entre o sétimo e o último período da graduação. Seis questionários não foram utilizados. Em cinco deles, os/as estudantes não acusaram o período, em um, o período estava fora do desejado para a pesquisa.

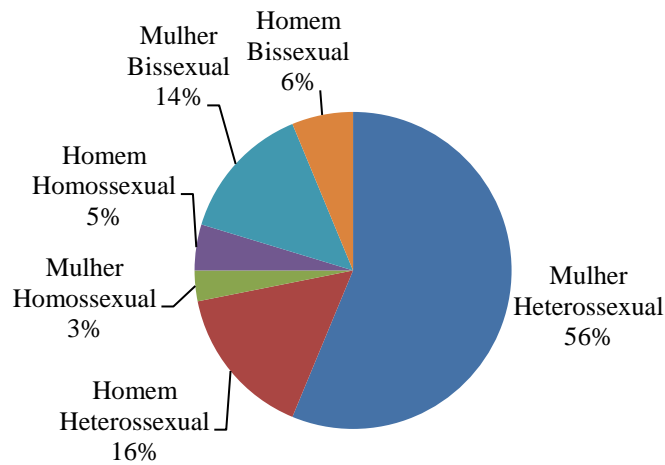
Sessenta e quatro desses/as estudantes cursavam entre o primeiro e o terceiro período da graduação à época da pesquisa. 54 cursavam entre o sétimo e o décimo primeiro. Dessa forma, foi possível atender ao objetivo específico da pesquisa de comparar as representações sociais dos sujeitos que estão ingressando na universidade com as representações daqueles que estão se formando.

Uma vez que a amostra é independente, ou seja, pré-existente a pesquisa, as variáveis idade, sexo ao nascer, identidade de gênero, orientação sexual e religião só foram conhecidas após a administração dos questionários. Nos parágrafos a seguir, a amostra é melhor caracterizada.

Entre os/as calouros/as, a média de idade foi de 20 anos, com uma variância de 2,9 e um desvio padrão de 1,7. A moda ficou em 19 e a mediana foi de também 20 anos. Pode-se dizer que nenhum/a estudante se identificou como transexual, todas aquelas que marcaram “Sexo ao nascer” como “F”, assinalaram “Feminina” em “Identidade de Gênero”. Da mesma forma, todos aqueles que marcaram “M” em “Sexo ao nascer”, assinalaram “Masculina” em “Identidade de Gênero”.

Das 47 mulheres, 36 declararam-se heterossexuais, duas homossexuais e 9 bissexuais. Dos 17 homens, 10 declararam-se heterossexuais, três homossexuais e quatro bissexuais. Dessa forma, com relação a identidade de gênero e orientação sexual, a maior parte dos/as sujeitos/as dos primeiros períodos nessa pesquisa é composta de mulheres heterossexuais. O gráfico abaixo facilita a visualização dessas informações.

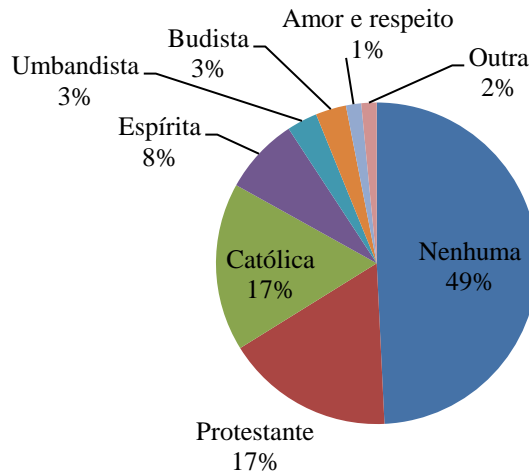
### Identidade de gênero e orientação sexual entre os/as estudantes dos primeiros períodos



**Gráfico 1** - Identidade de gênero e orientação sexual entre os/as estudantes dos primeiros períodos.

Quanto a religião, 32 estudantes, a metade, declararam não ter nenhuma. Entre os religiosos, 11 disseram ser católicos/as, 11 protestantes, quatro espíritas, um umbandista e dois budistas. Um/a declarou ser “espírita” e “umbandista”. Um/a declarou “amor e respeito” como religião. Um/a marcou a opção “outra”, mas não mencionou qual.

### Religião entre os/as estudantes dos primeiros períodos



**Gráfico 2** - Religião entre os/as estudantes dos primeiros períodos

Entre os/as estudantes dos últimos períodos, a média de idade foi de 24,3 anos, com uma variância de 26,5 e um desvio padrão de 5,1. A moda ficou em 22 e a mediana em 23 anos. Esses dados com relação à idade já eram esperados. Segundo a última Pesquisa do Perfil Sócioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras, 51,92% dos/as graduandos/as estão na faixa etária de 20 a 24 anos (CEPES, 2016).

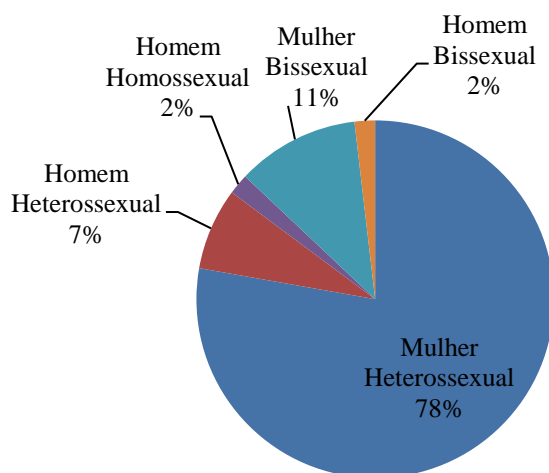
Assim como entre os/as estudantes dos primeiros períodos, pode-se dizer que nenhum/a sujeito/a declarou-se transexual e que a maior parte dos/as estudantes é composta



por mulheres heterossexuais. Essa maioria feminina também já era esperada, uma vez que a psicologia é uma profissão ainda notadamente mais escolhida por mulheres. De acordo com o CFP (2018), dos/as 38377 profissionais da categoria no estado do Rio de Janeiro, 33408 são psicólogas, aproximadamente 87% .

Das 48 mulheres, 42 declaram-se heterossexuais, enquanto que seis disseram-se bissexuais. Dos seis homens, quatro declaram-se heterossexuais, um homossexual e um bissexual.

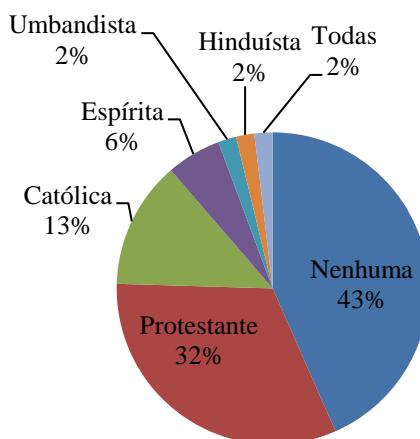
### Identidade de gênero e orientação sexual entre os/as estudantes dos últimos períodos



**Gráfico 3** - Identidade de gênero e orientação sexual entre os/as estudantes dos últimos períodos

Vinte e três estudantes declaram não ter religião. 17 identificaram-se como protestantes, sete como católicos/as, três como espíritas, um/a como umbandista e um/a como hinduísta. Um/a estudante declarou “todas”. Um/a estudante não respondeu a essa pergunta.

### Religião entre os/as estudantes dos últimos períodos



**Gráfico 4** - Religião entre os/as estudantes dos últimos períodos

## 4.2 Procedimentos de Coleta

A pesquisadora compareceu a universidade no intervalo entre as disciplinas destinadas aos períodos de interesse da pesquisa ou durante um espaço de tempo de aula cedido por algum/a professor/a. Os/As estudantes foram convidados a participar em sala de aula e receberam um formulário impresso estruturado autoaplicável de três páginas e mais duas cópias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Uma cópia do TCLE deveria ser entregue de volta junto com o formulário ao final do preenchimento e a outra ficaria de posse do/a estudante.

A primeira página do formulário continha uma tarefa de evocação livre, a segunda, quatro perguntas abertas e a última página seis perguntas de caracterização da amostra. A tarefa de evocação livre pediu ao/as sujeito/as que escrevessem, em espaço determinado para esse fim, cinco palavras ou expressões que viessem à mente quando mencionado o termo indutor TRANSEXUAL.

Foram estabelecidas cinco evocações porque a literatura mostra que a partir de sete palavras evocadas, o/a sujeito/a respondente precisa realizar um trabalho mental para as produções subsequentes, influenciando na rapidez das respostas e descaracterizando o caráter espontâneo das evocações livres. Menos que cinco evocações, pode gerar uma quantidade de dados insuficientes (OLIVEIRA et al., 2005).

O termo indutor escolhido justifica-se por sugerir mais concretude ao objeto, aludindo a uma pessoa real. O termo TRANSEXUALIDADE poderia insinuar um apelo por maior tecnicidade ou cientificidade nas palavras evocadas. Transgênero é um termo que também foi cogitado, no entanto é relativamente menos comum no discurso brasileiro.

A evocação livre, ou associação livre, é um teste projetivo originado da Psicologia Clínica que auxilia na localização dos conteúdos recalçados. Em pesquisas científicas, o uso da evocação livre é motivado por possibilitar a apreensão de projeções mentais de maneira espontânea, revelando, inclusive, conteúdos “recalçados”, ou seja, aqueles que possivelmente poderiam ser mascarados no discurso. A administração de uma tarefa de evocação livre é também rápida e objetiva, oferecendo um acesso mais prático à estrutura interna das representações que métodos como a entrevista e o questionário poderiam oferecer (OLIVEIRA et al., 2005).

Contudo, a produção obtida a partir das evocações é de difícil interpretação quando tomada de maneira isolada. Diante disso, os sujeitos responderam quatro perguntas abertas que visaram promover o cruzamento entre o campo do gênero e da sexualidade e o campo de formação/atuação profissional do/a psicólogo/a. As respostas concedidas auxiliaram a melhor compreensão das representações encontradas. Foram elas:

1) Em que situações envolvendo questões de gênero e sexualidade você acredita que o/a psicólogo/a é convocado a atuar?

2) Você acha que a formação do/a psicólogo/a prepara para a atuação frente a questões de gênero e sexualidade?

3) Durante a sua formação em psicologia você já participou de alguma atividade (disciplina, debate, oficina, etc.) que envolvesse a discussão de questões de gênero e sexualidade? Se sim, qual atividade foi essa?

4) O que você entende por transexualidade?

As demais seis perguntas tiveram função de melhor caracterizar a população participante. Foram elas: período, idade, sexo ao nascer, identidade de gênero, orientação sexual e religião. Período e idade foram perguntas abertas. Sexo ao nascer trazia as opções “F”, “M” e “Intersexual”. Em Identidade de gênero foi possível marcar “Feminina”, “Masculina” ou “Outra”. Orientação sexual trazia as opções “Heterossexual”, “Homossexual”, “Bissexual” e “Outra”. Por fim, em Religião as opções foram “Católica”, “Protestante”, “Espírita/Kardecista”, “Umbanda”, “Candomblé”, “Nenhuma” e “Outra”.

Todas as opções “Outra” traziam ao lado um espaço para que o/a estudante pudesse escrever qual seria.

### 4.3 Procedimentos de Análise

Apoiando-se em diversos autores, Oliveira e colaboradores (2005) esclarecem que no campo das representações sociais há a premissa de que os termos que, ao mesmo tempo, sejam mais frequentes e mais prioritariamente evocados são mais importantes para as pessoas de perfil semelhante e pertencem, mais provavelmente, ao núcleo central da representação.

A partir dessa premissa, Pierre Vergès desenvolveu uma técnica chamada análise prototípica, que consiste no cálculo de frequência e ordem de evocações de palavras. A técnica tornou-se popular e desde 1987 Vergès e colaboradores vem desenvolvendo o *software* EVOC que “permite efetuar todos os procedimentos de classificação e cálculo exigidos pela análise prototípica” (WACHELKE; WOLTER, 2011, p. 522).

O EVOC (Ensemble de Programmes Permettant l’Analyse des Evocations, ou, em tradução livre do francês, Conjunto de Programas para Análise de Evocações), a partir do universo de termos encontrados na tarefa de evocação livre, retorna um quadro de quatro casas. Como é possível concluir, a frequência média de ocorrência das palavras e a média das ordens médias de evocação das palavras determinam a distribuição dos termos nos quatro quadrantes (OLIVEIRA et al, 2005).

As palavras que se situam no quadrante superior esquerdo são aquelas evocadas mais prontamente e por um maior número de pessoas. Possivelmente é nesse quadrante que se encontra o núcleo central da representação estudada. O segundo quadrante, o superior direito, traz a primeira periferia, onde se encontram elementos frequentemente evocados, porém evocados mais posteriormente.

O quadrante inferior esquerdo representa a zona de contraste, com termos que possuem baixa frequência com relação ao ponto de corte e são evocados cedo. Baseada em uma leitura de Abric, Oliveira e colaboradores (2005) pontuam que os elementos da zona de contraste podem reforçar as noções presentes na primeira periferia ou a existência de um subgrupo minoritário portador de uma representação diferente. Por fim, a segunda periferia fica localizada no quadrante inferior direito e traz elementos menos frequentes e menos importantes.

O diferencial do EVOC em relação ao seu principal “concorrente”, o Alceste, está na existência de recursos nativos para a realização de pesquisas na abordagem estrutural. Os procedimentos de coleta, processamento, análise e visualização do EVOC podem ser considerados mais simples também (SANT’ANNA, 2012).

Quanto às respostas as perguntas abertas, duas delas, as questões um e quatro, foram tratadas com o suporte da análise de conteúdo de Laurence Bardin (2004). As questões dois e três do questionário não foram tratadas de acordo com a análise de conteúdo por se tratarem de perguntas que exigiam respostas diretas.

Para Bardin, “tratar o material é codificá-lo” (2004, p. 97). A codificação é o processo de transformação de dados brutos em uma expressão esclarecedora do conteúdo, através de regras precisas. A organização da codificação depende da escolha do recorte, da enumeração e da classificação.

Recortar o texto da maneira mais pertinente tem relação com a escolha da unidade de registro e da unidade de contexto. A unidade de registro “corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial” (BARDIN, 2004, p. 98).

As respostas a questões abertas podem e são frequentemente, analisadas tendo o tema por base. Portanto, optou-se pelo tema como unidade de registro. A unidade de contexto, ou

seja, o segmento de mensagem cujas dimensões fazem com que a unidade de registro possa ser compreendida (BARDIN, 2004), foi a resposta dada pelo/a estudante na íntegra.

A enumeração é a contagem das unidades de registro. Essa contagem pode obedecer a diferentes regras. Optou-se pela frequência por ser a medida mais geralmente usada. A frequência corresponde ao postulado de que quanto mais uma unidade de registro aparece, mais importante ela é (BARDIN, 2004).

A classificação ou categorização é a reunião de unidades de registro com caracteres comuns em grupos sob um título genérico (BARDIN, 2004). O critério de categorização escolhido foi semântico, o que quer dizer que as unidades de registro de mesmo significado foram agrupadas juntas. As categorias não foram fornecidas a priori, emergiram da lida com o material. O título de cada categoria foi definido ao final da operação. Sendo assim, pode-se dizer que o procedimento de categorização se deu por milha (BARDIN, 2004).

Em suma, as evocações livres foram tratadas pelo *software* EVOC. As unidades de registro recortadas das respostas dadas pelos/as estudantes às perguntas um e quatro foram agrupadas em diferentes categorias de acordo com o tema e contabilizadas de acordo com a frequência com que apareceram. Os resultados são apresentados e discutidos no capítulo a seguir.

## CAPÍTULO 5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 Tarefa de Evocação Livre

As respostas de ambos os grupos (estudantes dos primeiros e estudantes dos últimos períodos) foram tratadas de acordo com critérios semânticos. Sendo assim, as evocações equivalentes foram agrupadas segundo a palavra que melhor as representou.

Entre os/as estudantes dos primeiros períodos houve um total de 306 evocações. A frequência mínima considerada para inclusão das palavras nos quadrantes foi de cinco, o que representa 8% do tamanho da amostra. O valor do ponto de corte para a ordem de evocação foi 2,9 e para frequência, 12. A figura 1 retrata o resultado da análise prototípica.

<2,9 ordem média de evocação		≥2,9			
Mudança-de-sexo	20	2,85	Preconceito	39	3,02
Gênero	15	1,73	Liberdade	12	3,75
Identidade	14	2,71			
Coragem	14	2,78			
<b>Frequência &lt; 12</b>			<b>Frequência ≥ 12</b>		
Pessoa	9	2,22	Aceitação	8	3,25
Cirurgia	9	2,33	Respeito	7	4,13
Sexo	8	1,87	Sufrimento	6	4,00
Mulher	7	2,57			
Homem	6	1,66			
Travesti	6	2,00			

**Figura 1** - Estrutura da representação social acerca do termo indutor TRANSEXUAL entre estudantes dos primeiros períodos (n= 64)

Nessa análise, “Mudança de sexo”, “Gênero”, “Identidade” e “Coragem” provavelmente compõem o núcleo central da representação social da pessoa transexual para os/as estudantes dos primeiros períodos. “Preconceito” e “Liberdade” aparecem na primeira periferia, enquanto que “Aceitação”, “Respeito” e “Sufrimento” surgem na segunda. Na zona de contraste estão termos mais abrangentes como “Pessoa”, “Homem” e “Mulher”, além de “Cirurgia”, “Sexo” e “Travesti”.

Já entre os/as estudantes dos últimos períodos houve um total de 260 evocações. A frequência mínima escolhida também foi de cinco, o que representa 9% do tamanho da amostra nesse caso. O valor do ponto de corte para a ordem de evocação foi três e para frequência, 11. A figura 2 retrata o resultado da análise prototípica.

<b>&lt;3,0 ordem média de evocação ≥3,0</b>					
Mudança-de-sexo	26	2,19	Preconceito	28	3,46
Identidade	15	2,40	Coragem	19	3,21
Sexo	14	2,57			
Gênero	12	1,75			
			<b>Frequência ≥ 11</b>		
<b>Frequência &lt; 11</b>					
Diferença	10	2,40	Aceitação	6	3,33
Sufrimento	8	2,75			
Transformação	7	2,14			
Pessoa	5	2,60			

**Figura 2** - Estrutura da representação social acerca do termo indutor TRANSEXUAL entre estudantes dos últimos períodos (n= 54)

É possível que “Mudança de sexo”, “Identidade”, “Sexo” e “Gênero” componham o núcleo central da representação social da pessoa transexual para os/as estudantes dos últimos períodos. Na primeira periferia aparecem “Preconceito” e “Coragem”, enquanto que na segunda surge “Aceitação”. Na zona de contraste é possível encontrar “Diferença”, “Sufrimento”, “Transformação” e “Pessoa”.

Uma vez identificadas as possíveis estruturas das representações sociais de estudantes dos primeiros e dos últimos períodos torna-se possível compará-las. No entanto, é possível arriscar dizer que ambos os grupos de estudantes possuem a mesma representação social da pessoa transexual. De acordo com Sá:

duas representações ou dois estados sucessivos de uma mesma representação devem ser considerados distintos se, e apenas se, seus respectivos núcleos centrais tiverem composições nitidamente diferentes. Caso contrário, ou seja, se as diferenças se apresentam apenas no nível dos seus sistemas periféricos, trata-se de uma mesma representação que se manifesta diferentemente em função de diferentes condições circunstanciais, de ordem grupal ou interindividual. (SÁ, 1996b, p. 24)

Os núcleos das representações de calouros/as e veteranos/as não aparentam ser, como nas palavras de Sá, nitidamente diferentes. “Mudança de sexo”, “Identidade” e “Gênero” aparecem no primeiro quadrante à esquerda de ambas as análises. “Mudança de sexo”, termo mais frequente e prioritariamente evocado por todos/as, parece indicar que a compreensão da pessoa transexual dos/as estudantes está alinhada ao cerne da definição da OMS. Nesse contexto, em linhas gerais, transexual é o indivíduo que quer “mudar de sexo”.

“Identidade” e “Gênero” parecem indicar que os/as estudantes de psicologia situam a transexualidade no campo dos processos identitários e a compreendem como uma questão de gênero. Contudo, poucos/as foram os/as estudantes que articularam esses dois campos através do conceito de identidade de gênero.

Enquanto que “Coragem” completa o possível núcleo da representação para os/as calouros/as, esse termo surge na primeira periferia da representação entre os/as veteranos/as. O aparecimento frequente de “Coragem” sugere que os/as estudantes também “olham para

dentro” das pessoas transexuais e reconhecem que estas precisam de certa dose de ousadia para enfrentar o sistema cishéteronormativo.

“Sexo” é talvez o elemento que mais diferencia as representações. Enquanto que entre os/as estudantes dos primeiros períodos ele surge na zona de contraste, para os/as estudantes dos últimos períodos “sexo” integra o possível núcleo central da representação. A transexualidade é mais bem compreendida como uma questão de gênero. No entanto, apesar de sexo e gênero serem conceitos diferentes, eles estão intimamente relacionados.

Há uma norma social que pressupõe uma coerência natural entre sexo designado ao nascer, identidade de gênero e orientação sexual. Isso quer dizer que uma pessoa que nasce com um pênis, deve necessariamente identificar-se como homem e se interessar por mulheres. Da mesma forma, uma pessoa que nasce com uma vagina, deve identificar-se como mulher e desejar homens. Assim sendo, os conceitos de sexo e gênero se fundem e aqueles/as que desviam do caminho “natural” entre sexo, gênero e desejo causam estranheza e são marginalizados.

“Preconceito” aparece na primeira periferia de ambas as representações, sendo o termo mais frequentemente evocado por estudantes de todos os períodos pesquisados. Como o sistema periférico é mais sensível ao contexto imediato, o surgimento de “Preconceito” aponta para estudantes conscientes da realidade enfrentada por pessoas transexuais no país. Em pesquisa feita por Baptista e colegas (2016), “Preconceito” figurou como núcleo central das representações sociais de HOMEM TRANS e de MULHER TRANS para estudantes de psicologia.

No quadrante da periferia mais distante de ambas as representações surge o termo “Aceitação”. “Liberdade” e “Respeito” figuram, respectivamente, na primeira e segunda periferias para os/as calouros/as, enquanto que nenhum desses dois termos aparece na análise prototípica das representações dos/as veteranos/as. A partir de um pressuposto de Flament, Sá (1996a) explica que como as representações são formas de pensamento social prático, suas descrições do objeto representado implicariam em descrições de ação por parte dos indivíduos detentores de tais conhecimentos compartilhados. Nesse contexto, uma vez que a pessoa transexual é descrita como alguém que sofre preconceito, as ações práticas correspondentes seriam aceitar, respeitar e garantir liberdade a essas pessoas.

Cabe ressaltar que “Liberdade” e “Respeito”, presentes apenas na estrutura da representação dos/ estudantes dos primeiros períodos, dá um passo adiante na desmarginalização das pessoas trans em relação a “Aceitação”. Aceitar sugere que sujeitos dentro dos padrões cishéteronormativos admitam, aprovelem a existência das pessoas trans. Ao passo que respeitar convoca valores relacionados ao apreço e ao ter em consideração.

Nesse contexto, os/as estudantes calouros/as parecem demonstrar na estrutura periférica de sua representação mais liberalidade com relação à diversidade de gênero. Levanta-se a hipótese de que isso se deva ao perfil do grupo, composto de mais estudantes não-religiosos e não-heterossexuais em comparação com o grupo dos/as veteranos/as.

Na pesquisa de Baptista e colegas (2016), “Liberdade” e “Respeito” figuraram na periferia da representação social de HOMEM TRANS entre estudantes de psicologia. “Coragem” surgiu na periferia de MULHER TRANS. Já “Aceitação” foi um termo presente na periferia de ambas representações.

O termo “sofrimento” encontra-se na periferia mais distante para os/as estudantes dos primeiros períodos. Para os/as estudantes concluintes do curso, “sofrimento” surge na zona de contraste. Como dito anteriormente, um elemento na zona de contraste pode reforçar as noções presentes na primeira periferia ou denunciar a existência de um subgrupo minoritário portador de uma representação diferente. Nesse caso, “Sofrimento” parece reforçar “Preconceito” presente na primeira periferia de ambas as representações.

É na zona de contraste também que aparece o abrangente termo “Pessoa” nas duas

análises. “Pessoa” foi o rótulo escolhido para abranger as evocações “Humano”, “Pessoas”, “Indivíduo” e “Pessoa independente de qualquer coisa”. Na zona de contraste dos/as calouros/as aparecem ainda “Mulher” e “Homem”, cabendo ressaltar que seis dos/as sete estudantes que evocaram um dos termos, evocaram também o outro. Com isso, talvez os/as estudantes quisessem transparecer o entendimento de que uma pessoa transexual é um indivíduo como qualquer outro.

Restrita a análise das representações dos/as estudantes dos primeiros períodos, encontram-se na zona de contraste “Cirurgia” e “Travesti”. “Cirurgia” parece relacionar-se com “Mudança de sexo”, presente no núcleo central, uma vez que intervenções cirúrgicas são canais que possibilitam a modificação de caracteres sexuais. “Travesti” e “transexual” são identidades muito comumente confundidas e até entendidas como sinônimos. Com relação a compreensão de particularidades identitárias, os/as estudantes de psicologia não se diferenciam muito da população em geral.

Restrita a análise das representações dos/as estudantes dos últimos períodos aparecem “Diferença” e “Transformação” na zona de contraste. “Diferença” se articula com “Preconceito”, presente na primeira periferia. “Transformação” talvez se relacione com “Mudança de sexo”, presente no núcleo central, já que as pessoas transexuais podem passar por grandes modificações corporais.

Os resultados da análise das respostas às perguntas dois e três são apresentados a seguir. Optou-se por apresentá-los primeiro pelo fato dessas duas perguntas exigirem respostas mais objetivas dos/as estudantes, resultando em uma análise mais breve dos resultados.

## **5.2 Questões Dois e Três**

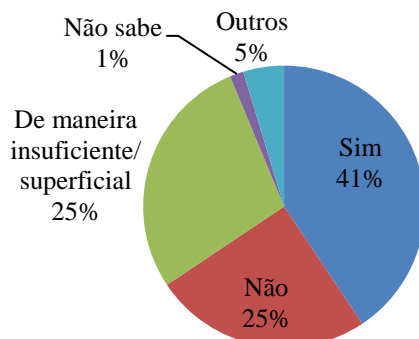
A questão dois buscava conhecer o olhar dos estudantes com relação à formação curricular oficial em psicologia para o manejo de questões que envolvessem gênero e sexualidade. A pergunta foi feita para todos/as os/as estudantes. Aos/Às estudantes dos primeiros períodos foi orientado que respondessem com base em suas expectativas.

Dos/as estudantes dos primeiros períodos, 26 responderam positivamente à pergunta, 16 responderam negativamente. 18 estudantes responderam que acreditam que a formação do/a psicólogo/a prepara de maneira insuficiente ou superficial com relação a questões de gênero e sexualidade. Um afirmou não saber responder à pergunta. Outros três deram respostas pouco conclusivas.

Sendo assim, metade dos/as calouros/as acredita que a formação não prepara de maneira ideal o/a psicólogo/a para a atuação frente a questões de gênero e sexualidade. O gráfico 5 ilustra as informações do parágrafo anterior com as relativas porcentagens.



**Questão 2) Você acha que a formação do/a psicólogo/a prepara para a atuação frente a questões de gênero e sexualidade?**

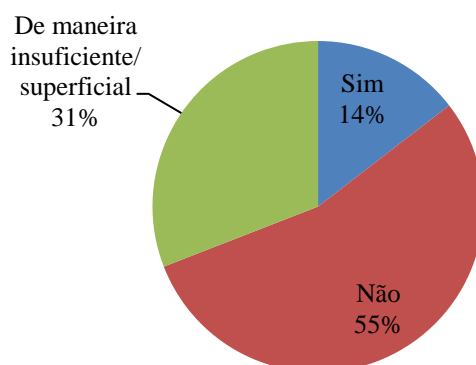


**Gráfico 5** – Respostas dos/as estudantes dos primeiros períodos à questão dois

Entre os/as estudantes dos últimos períodos, apenas oito responderam afirmativamente à pergunta. Mesmo respondendo de maneira afirmativa, três desses estudantes disseram que a temática poderia ser mais abordada e três ressaltaram que a formação com relação a gênero e sexualidade depende da universidade.

Trinta responderam negativamente à pergunta e 17 responderam que o preparo é insuficiente ou superficial. Isso significa que 86% dos/as estudantes acreditam que o preparo recebido não foi o ideal para lidar com questões de gênero e sexualidade.

**Questão 2) Você acha que a formação do/a psicólogo/a prepara para a atuação frente a questões de gênero e sexualidade?**



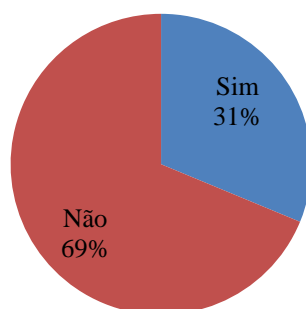
**Gráfico 6** – Respostas dos/as estudantes dos últimos períodos à questão dois

A questão três buscava saber se o/a estudante já havia entrado em contato, pelo menos alguma vez, com temas relacionados a gênero e sexualidade durante a formação em psicologia. A pergunta fazia menção à “atividade”, de maneira geral, almejando incluir não só discussões em sala de aula, mas também eventos extraclasse.

Vinte dos estudantes dos primeiros períodos já haviam participado de alguma atividade que envolvesse a discussão de questões de gênero e sexualidade, 44 ainda não. Das

atividades mencionadas, sete aconteceram no curso de alguma disciplina e 15 fora da sala de aula.

**Questão 3) Durante a sua formação em psicologia você já participou de alguma atividade (disciplina, debate, oficina, etc.) que envolvesse a discussão de questões de gênero e sexualidade?**

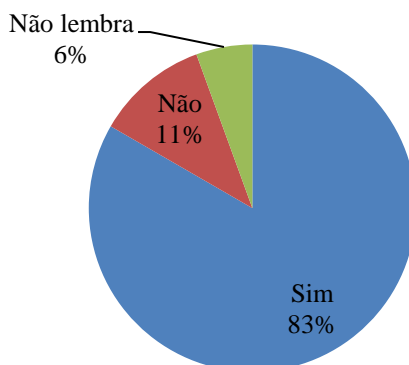


**Gráfico 7** – Respostas dos/as estudantes dos primeiros períodos à questão três.

Entre os/as estudantes dos últimos períodos, 45 responderam à mesma pergunta afirmativamente, seis responderam negativamente e três disseram não se lembrar de terem participado de alguma atividade que envolvesse a discussão de questões de gênero e sexualidade. Entre as atividades mencionadas, 28 ocorreram em função de alguma disciplina e 48 foram atividades extraclasse.

É interessante destacar que dos/as 54 estudantes veteranos/as, seis destacaram que a discussão ocorrida acerca da temática em sala de aula foi suscitada pela presença de uma colega transexual. Esse ponto destaca o quanto também é importante para o debate de gênero e sexualidade a inclusão de pessoas transexuais nas universidades. Dados com relação à escolaridade de pessoas trans são escassos, mas acredita-se que grande parcela dessa população é excluída da escola devido ao preconceito, a discriminação e a falta de suporte para prosseguir nos estudos.

**Questão 3) Durante a sua formação em psicologia você já participou de alguma atividade (disciplina, debate, oficina, etc.) que envolvesse a discussão de questões de gênero e sexualidade?**



**Gráfico 8** – Respostas dos/as estudantes dos últimos períodos à questão três.

Em suma, metade dos/as estudantes já ingressa na universidade acreditando que a formação não será suficiente para atuar com questões de gênero e sexualidade. Ao chegarem aos últimos períodos, mesmo que 83% já tenham participado de alguma atividade envolvendo a temática, 86% acreditam que a formação não prepara adequadamente para tal. A maioria das atividades mencionadas ocorreu no contexto de palestras, seminários, rodas de conversas. Ou seja, foram atividades desenvolvidas fora de sala de aula, em eventos pontuais e de temática específica, partindo do/a estudante a iniciativa de participar ou não.

A universidade pesquisada parece não ser exceção. Dinis (2012) realizou uma pesquisa com 103 estudantes de psicologia do quarto ano de curso. 87% dos/as estudantes revelaram que a questão da sexualidade foi discutida no curso de psicologia. Essa porcentagem caiu para 77% quando o questionamento foi a respeito da ocorrência de debates envolvendo “diversidade sexual”, embora 96% considerassem o tema muito importante para a formação. Com relação a gênero, 56% revelaram que o tema não foi discutido, ainda que 88% deles/as considerassem o debate bastante importante para a formação.

Segundo Uziel e Lima (2013), a maioria dos cursos de formação em psicologia não aborda a temática de gênero e sexualidade e, quando o fazem, é de maneira pontual e sem destaque.

Assim, quando se espera que o/a profissional de Psicologia possa contribuir com olhares que coloquem em análise concepções tradicionais arraigadas em diversos campos das nossas vidas, ou essa leitura não acontece ou há apenas um ensaio, sem que o suporte teórico se apresente. (UZIEL; LIMA, 2013, p. 57).

O currículo mínimo para os cursos de psicologia ficou vigente por mais de 40 anos e não levava em conta o contexto sociocultural no qual o curso era ministrado. Desde 2004, contudo, as diretrizes curriculares nacionais ampliaram a autonomia das instituições superiores de ensino para elaborarem seus projetos pedagógicos de curso considerando a experiência do corpo docente, a relevância e as necessidades sociais da população no contexto no qual o curso está inserido (CFP; ABEP; FENAPSI, 2018).

A relevância e a necessidade de se discutir gênero e sexualidade são bastante nítidas, como destacam os/as próprios/as estudantes do curso. A inclusão do debate nos currículos parece relacionar-se com a experiência do corpo docente. Em pesquisa de 2013, apenas 1% das psicólogas entrevistadas declarou trabalhar com questões de gênero (LHULLIER; ROSLINDO, 2013).

Para as autoras, o número ínfimo de psicólogas trabalhando com gênero evidencia que as relações de poder entre os sexos e as temáticas do feminino e da mulher ainda são pouco presentes como problemas de pesquisa e ação para a psicologia. Lhullier e Roslindo (2013) destacam também “o desequilíbrio entre a superioridade numérica das mulheres e a supremacia masculina nas posições de destaque na categoria” (p. 25), além da falta de um questionamento mais efetivo da referência masculina (o psicólogo) em todos os estudos sobre a profissão.

Em tempos de avanços e retrocessos na luta dos movimentos feministas e LGBT pela equidade de direitos, cabe refletir se a formação em psicologia de fato leva em consideração as necessidades sociais de seu entorno.

### **5.3 Questões Um e Quatro**

Passa-se, agora, aos resultados da análise de conteúdo das respostas dadas às perguntas um e quatro. A primeira questão buscava explorar em quais espaços envolvendo gênero e sexualidade os/as estudantes situavam a atuação da psicologia. Entre os/as estudantes dos primeiros períodos foram contabilizadas 96 unidades de registro, distribuídas em seis

categorias emergidas do material, como pode ser visto no quadro 1.

Entre os/as calouros/as, a categoria “Aceitação” dividiu-se nas subcategorias “Autoaceitação e autoconhecimento” e “Família e sociedade”. A primeira subcategoria se refere a unidades de registro que tratavam de uma atuação do/a psicólogo/a mais voltada ao acompanhamento psicoterapêutico do/a indivíduo/a, conduzindo-o/a a um maior conhecimento de si mesmo. A outra subcategoria reuniu as unidades de registro nas quais os/as estudantes se referiram a um trabalho do/a psicólogo/a que estimulasse a aceitação da pessoa LGBT pela família e pela sociedade em geral.

As unidades reunidas na categoria “Conflitos, sofrimento e dificuldades” mencionam a atuação do/a psicólogo/a nos casos de conflitos internos, sofrimento psíquico ou dificuldades de um indivíduo de lidar com a própria orientação sexual/identidade de forma ampla. A categoria “Preconceito e discriminação” se dividiu em duas subcategorias. Em “Trabalho junto à vítima” o/a psicólogo/a auxilia o indivíduo vítima de preconceito, enquanto que em “Trabalho junto à sociedade” o/a psicólogo/a trabalha para a eliminação do preconceito na sociedade.

Na categoria “Informação e educação” foram reunidas as unidades na qual o/a psicólogo/a é descrito como um educador que vai pesquisar, debater e informar a população a respeito de questões de gênero e sexualidade. Em “Quando solicitado” as unidades de registro não se referem a situações específicas, mas a necessidade do/a psicólogo/a de ser requerido a participar. “Processo transexualizador” é uma categoria que se refere ao que os/as estudantes acreditam ser o trabalho realizado pelo/a psicólogo/a no acompanhamento de intervenções cirúrgicas as quais a pessoa transexual se submete.

**Questão 1) Em que situações envolvendo questões de gênero e sexualidade você acredita que o/a psicólogo/a é convocado a atuar? (continua)**

Categoria	Subcategorias	Unidades de registro	Frequência	Unidade prototípica
1. Aceitação	1.1 Autoaceitação e autoconhecimento	26	27%	“Quando a pessoa necessita se conhecer para entender melhor como se aceitar, para lidar melhor com a sociedade” – estudante 5
	1.2 Família e sociedade	06	06%	“Quando há dificuldade de aceitação por parte da família e do meio social como um todo, que o (a) homossexual e o transgênero está inserido” - estudante 34
2. Conflitos,	-	26	27%	“Onde houver sofrimento

Categoria	Subcategorias	Unidades de registro	Frequência	Unidade prototípica
sofrimento e dificuldades				humano, é o local onde o psicólogo deve atuar. Independentemente do gênero, se há sofrimento, incômodo ou algo que atrapalhe o curso da vida, o psicólogo atua.” - estudante 45
3. Preconceito e discriminação	3.1 Trabalho junto à vítima	13	14%	“Acredito que o psicólogo atue com mais propriedade nas questões de gênero e sexualidade no auxílio de vítimas de preconceito LGBTfóbicos ” – estudante 1
	3.2. Trabalho junto à sociedade	02	02%	“A luta diária contra a intolerância e preconceito da sociedade.” – estudante 8
4. Informação e educação	-	15	16%	“Seria interessante nas escolas/comunidade/mídia p/ informar as pessoas sobre do que trata.” – estudante 47  “em pesquisa de campo; realizando debates acerca do tema” – estudante 9
5. Quando solicitado	-	05	05%	“Acredito que o psicólogo/a é convocado a atuar quando a pessoa vê a necessidade dos serviços do psicólogo” - estudante 35
6. Processo Transexualizador	-	03	03%	“Entrevistando transgêneros pré-cirurgia, para saber se o procedimento é algo que a pessoa realmente quer” – estudante 14

Categoria	Subcategorias	Unidades de registro	Frequência	Unidade prototípica
Total:	-	96	100%	-

**Quadro 1** – Análise de conteúdo das respostas dos/as estudantes dos primeiros períodos à questão um. (conclusão)

Entre os/as estudantes dos últimos períodos foram contabilizadas 89 unidades de registro, distribuídas em 10 categorias emergidas do material, conforme quadro 2. As categorias “Autoaceitação e autoconhecimento”, “Processo transexualizador”, “Informação e educação” e “Quando solicitado” se repetiram. Enquanto que os/as estudantes dos primeiros períodos se referiram a conflitos internos, sofrimento psíquico ou dificuldades de um indivíduo de lidar com a própria orientação sexual/identidade de forma ampla, os/as estudantes dos últimos períodos se referiram, especificamente, a atuação do/a psicólogo/a quando há sofrimento psíquico.

Assim como os/as calouros/as, os/as veteranos/as também mencionaram família e preconceito. Na categoria “Família” os/as estudantes dos últimos períodos não atrelaram o trabalho do/a psicólogo/a ao estímulo da aceitação, apenas citaram o trabalho com a família sem maiores especificações. Em “Preconceito e violência” os conceitos de preconceito e violência também foram apenas citados.

Da análise do discurso dos/das estudantes dos últimos períodos emergiram ainda as categorias “Diversos”, “Políticas públicas” e “Âmbito jurídico”. “Diversos” traz unidades de registro em que os/as estudantes foram muito abrangentes ou ainda que citaram apenas espaços físicos, sem se aprofundarem nas situações de atuação. Nos registros de “Políticas públicas” os/as estudantes citaram o trabalho do/a psicólogo/a na contribuição para políticas com enfoque em gênero e sexualidade. Na categoria “Âmbito jurídico” foram reunidas unidades de registro que pontuavam diferentes inserções do trabalho do/a psicólogo/a na área jurídica.

**Questão 1) Em que situações envolvendo questões de gênero e sexualidade você acredita que o/a psicólogo/a é convocado a atuar? (continua)**

Categorias	Unidades de registro	Frequência	Unidade prototípica
1. Autoaceitação e autoconhecimento	17	19%	“auxílio no autoconhecimento e autoaceitação e autoestima, com psicoterapia individual.” – estudante 94
2. Processo Transexualizador	17	19%	“Na mudança de sexo, em casos de cirurgia o psicólogo pode ser convocado a atuar antes da mudança ou depois no acompanhamento dos casos.” – estudante 106
3. Sofrimento psíquico	16	18%	“Quando há algum sofrimento psíquico envolvido.” – 97
4. Informação e educação	10	11%	“Atuar como agente propiciador de conhecimentos acerca de; bem

Categories	Unidades de registro	Frequência	Unidade prototípica
			como promover respeito às diferenças; [...]; atuar como informante dos direitos humanos (a quem os desconhecem).” – estudante 79
5. Quando solicitado	08	09%	“Em situações em que a pessoa deseja que o psicólogo participe, por exemplo, quando procura por um em um consultório.” – estudante 83
6. Diversos	06	07%	“As questões de gênero e sexualidade atravessam todas as instâncias da sociedade, então esses fatores influenciam diretamente a vida e as percepções das pessoas. O psicólogo lida com pessoas, ou seja, lida com os movimentos que os indivíduos fazem. Não importa onde o psicólogo esteja, essas questões vão aparecer de todo modo.” – estudante 116
7. Família	05	06%	“trabalho com a família” – estudante 90
8. Políticas Públicas	04	05%	“políticas públicas elaboradas com enfoque em gênero e sexualidade” – estudante 86
9. Âmbito jurídico	03	03%	“Principalmente na área jurídica, com relação à mudança de documentos” – estudante 77 “Na parte jurídica, quando pessoas transexuais querem adotar.” – estudante 82 “Questões relacionadas ao jurídico das mudanças.” – estudante 94
10. Preconceito e violência	03	03%	“convocado a atuar como agente social, denunciando casos de agressão/crime;” – estudante 79
Total:	89	100%	-

**Quadro 2** – Análise de conteúdo das respostas dos/as estudantes dos últimos períodos à questão um. (conclusão)

A pergunta fazia referência a “questões de gênero e sexualidade” de maneira bem ampla. Contudo, apenas um/a estudante englobou explicitamente em sua resposta temática relativa à mulher e ao feminino na sociedade: “Machismo, sexismo, educação sobre a desconstrução de gênero, identidade de gênero, fase de transição.” (estudante 16).

Outros temas nesse sentido, tais como o empoderamento feminino ou a violência doméstica sequer apareceram. Nenhum/a estudante pareceu fazer menção a temas envolvendo

sexualidade para além das identidades sexuais, tais como virgindade, gravidez, ejaculação precoce ou impotência.

Essas ausências podem ser explicadas, por um lado, pela formação deficitária com relação a gênero e sexualidade na universidade, o que pode restringir o alcance do debate desses temas pelos/as estudantes. Por outro, cabe reconhecer que a tarefa de evocação livre com o temo indutor TRANSEXUAL pode ter direcionado de alguma forma as respostas às perguntas abertas para o campo das identidades LGBT.

Entre os/as estudantes dos primeiros períodos, as categorias “Autoaceitação e autoconhecimento”, “Conflito, sofrimento e dificuldades”, “Trabalho junto à vítima” e “Quando solicitado” somam 73% das unidades de registro. Entre estudantes dos últimos períodos, “Autoaceitação e autoconhecimento”, “Sofrimento psíquico” e “Quando solicitado” somam 46% das unidades de registro.

Essas categorias dizem respeito a um entendimento mais clínico, terapêutico, “remediador” e passivo do trabalho do/a psicólogo/a. Dessa forma, o/a psicólogo/a atuaria em questões envolvendo gênero ou sexualidade quando fosse procurado/a por um/a indivíduo/a em sofrimento ou com dificuldades relativas a essas questões. A profissão parece ainda estar muito ligada à representação do/a psicólogo/a clínico/a. Em pesquisa de 2013 (LHULIER, 2013), por exemplo, 34% das psicólogas apontaram o consultório particular como o local onde exercem atividade principal como psicóloga.

Cabe pontuar que com relação à categoria “Conflitos, sofrimento e dificuldades”, nove das 26 unidades de registro localizaram a origem dessas dificuldades no preconceito social. Na categoria “Sofrimento psíquico”, metade mencionou essa mesma origem. Em notícia relacionada à resolução 01/99, o CFP esclarece que:

[...] a Psicologia propõe outra leitura sobre os sofrimentos decorrentes das chamadas homossexualidades egodistônicas. Não se trata de negar o sofrimento que as pessoas homossexuais são acometidas decorrentes da LGBTfobia, porém entender que o sofrimento não está nas orientações sexuais em si mesmas (homossexualidade, bissexualidade ou heterossexualidade), mas relacionadas às condições sociais que atribuem sentido pejorativo às suas expressões e vivências, prejudicando a qualidade da vida psíquica e social (CFP, 2017).

O mesmo é válido para as identidades de gênero. O/A psicólogo deve estar atento/a que o sofrimento não é intrínseco a existência transexual, mas às dificuldades enfrentadas em uma sociedade cishéteronormativa.

“Quando solicitado” é outra categoria interessante de se destacar. Parece expressar o receio dos/as estudantes de sofrer sanções pelo oferecimento de tratamentos não solicitados, como na resposta do/a estudante 68: “Quando for convidado, de maneira a não violar o código de ética.”.

De fato, o Código de Ética Profissional do Psicólogo, em seu art. 2º, alínea i, diz que é vedado à categoria induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços (CFP, 2005). Contudo, o princípio fundamental II do Código deixa claro que “o psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005, p. 7).

Assim sendo, é também papel do/a psicólogo/a ser ativo/a na promoção de saúde e da equidade social. “Informação e educação”, “Família”, “Família e sociedade”, “Trabalho junto à sociedade”, “Políticas públicas”, “Preconceito e violência”, “Âmbito jurídico” e “Diversos” são categorias que reúnem falas que ampliam o campo de ação do/a profissional psicólogo/a para além da clínica individual e de um caráter “remediador”. A soma das frequências dessas categorias é de 24% entre os/as estudantes dos primeiros períodos e 35% entre os/as



estudantes dos últimos.

Os/As estudantes parecem ser conhecedores da exigência do acompanhamento psicológico no processo transexualizador. Referências ao acompanhamento para “mudança de sexo” e “cirurgias” tiveram frequências de 3% e 19% para calouros/as e veteranos/as, respectivamente. Falas como a do/a estudante veterano/a 89 parecem, contudo, explicitar que o entendimento do lugar do/a psicólogo/a para alguns é ainda limitado àquele do profissional detentor da verdade que irá legislar sobre o corpo do outro/a: “Para dar um parecer favorável ou desfavorável a cirurgia de mudança de sexo.”

A última pergunta buscava explorar diretamente o que os/as estudantes entendiam por transexualidade. Entre os/as estudantes dos primeiros períodos contaram-se 78 unidades de registro, distribuídas em cinco categorias emergidas do material.

#### Questão 4) O que você entende por transexualidade?

Categoria	Unidades de registro	Frequência	Unidade prototípica
1. Identificação	55	72%	“Transexualidade é quando um indivíduo não se identifica com o sexo do nascimento.” – estudante 2 “O sentimento de não pertencimento ao gênero associado ao nascer.” – estudante 6
2. Mudança	19	24%	“e decide mudar para assim encontrar seu lugar.” – estudante 55 “e decide em algum nível a fazer "troca de sexo".” – estudante 51
3. Performatividade de gênero	02	03%	“Um transexual é uma pessoa que se veste e se comporta como o outro gênero, seja masculino ou feminino. Eles se sentem a vontade e muita das vezes utiliza essa característica e sua performance pra arte.” – estudante 15
4. Condição de origem intrauterina	01	01%	“Indivíduo que ainda durante o período de gestação no útero da mãe desenvolve características corporais de um gênero (sexo) e características cerebrais voltadas p/ o gênero (sexo) oposto.” – estudante 49
5. Não sabe	01	01%	“Tenho muitas dúvidas sobre, não sei explicar o que seria.” – estudante 44
Total:	78	100%	-

**Quadro 3** – Análise de conteúdo das respostas dos/as estudantes dos primeiros períodos à questão quatro.

A análise de conteúdo das respostas fornecidas pelos/as estudantes dos últimos períodos contabilizou 70 unidades de registro, distribuídas em seis categorias.

#### Questão 4) O que você entende por transexualidade?

Categoria	Unidades de registro	Frequência	Unidade prototípica
1. Identificação	42	60%	“Quando o indivíduo não se reconhece no corpo que nasceu.” – estudante 76  “Uma pessoa que não se identifica com o gênero atribuído ao seu sexo biológico.” – 78
2. Mudança	16	23%	“e deseja, portanto, realizar uma cirurgia para mudança de sexo” – estudante 101
3. Opção pessoal	06	09%	“É a opção de fazer a cirurgia de mudança de sexo” – estudante 80
4. Não sabe	04	06%	“Não sei definir exatamente” – estudante 83
5. Origem inata	01	01%	“É quando um indivíduo nasce com características do sexo oposto e tem um pensamento do sexo oposto, não se enquadrando no sexo que nasceu.” – estudante 65
6. Possibilidade	01	01%	“Entendo como uma possibilidade. Modos de se colocar no mundo que atravessam uma lógica estrutural de compreensão.” – estudante 108
Total:	70	100%	-

**Quadro 4** – Análise de conteúdo das respostas dos/as estudantes dos últimos períodos à questão quatro.

A maioria dos/as estudantes, tanto calouros/as, quanto veteranos/as, disseram localizar a transexualidade no campo dos processos identitários. Segundo Deschamps e Moliner (2014, p. 14), “a identidade pode ser concebida como um fenômeno subjetivo e dinâmico resultante de uma dupla constatação de semelhanças e de diferenças entre si mesmo, os outros e alguns grupos”. Compreender a transexualidade como uma possibilidade de identificação abre mais espaço para os diversos modos de ser e estar no mundo.

“Mudança” foi a segunda categoria mais frequente e fez referência especialmente as modificações corporais realizadas pelas pessoas transexuais. A análise de conteúdo das respostas às perguntas abertas dos/as estudantes parece confirmar “identidade” e “mudança” no núcleo da representação social da pessoa transexual.

Inicialmente, atrelar mudança e transexualidade não seria uma questão. O ser humano é um ser em constante modificação. Contudo, quando essa mudança é necessariamente uma cirurgia transgenitalizadora, cabe uma ressalva. Teixeira (2009) pontua a armadilha do discurso da imposição da cirurgia. A cirurgia de transgenitalização ao mesmo tempo em que se articula com uma lógica de autonomia sobre o próprio corpo, reafirma a adequação ao binarismo de gênero, cerne das discussões queer.

Ao destacar a vagina como a passagem para essa outra territorialidade, essas mulheres (transexuais) se afastam de um dos pilares das lutas do movimento feminista: a desnaturalização da posição de mulher. A posição flagrada de algumas integrantes do Coletivo Nacional de Transexuais, com explícita reiteração das normas de gênero, adesão ao discurso médico e apoiadas na heterossexualidade afasta-as das pautas de luta dos movimentos LGBTT e feminista, que historicamente questionam as normas que são legitimadas pelo Estado como, por exemplo, as relações de poder, parentesco e reprodução, e problematiza a reivindicação das mulheres (transexuais) por espaço nos coletivos feministas. (TEIXEIRA, 2009. P. 196-197)

É importante ressaltar a presença da categoria “Não sabe”, reunindo falas nas quais os/as estudantes nem sequer se permitiram articular uma resposta. Isso resalta o que os/as próprios/as estudantes afirmaram: a formação em psicologia com relação a questões de gênero e sexualidade é falha.

## CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES

O conceito contemporâneo de transexualidade começa a ganhar corpo a partir da compreensão da existência de dois sexos opostos, hierarquizados e complementares. Com os estudos de Benjamin, Money e Stoller, a transexualidade passa a ser vista como patologia. Isso se oficializa através dos grandes manuais de doenças da OMS e da APA.

Chamando atenção para o caráter socialmente construído do sexo e do gênero, movimentos feministas e LGBTs têm ganhado cada vez mais força e voz. Pessoas transexuais ao redor do mundo lutam hoje pelo fim da transfobia, pela igualdade de direitos e pela despatologização das identidades trans.

De acordo com Mattos e Cidade (2014, p. 135), “a psicologia responde frequentemente, enquanto ciência e prática profissional, de maneira a contribuir para as políticas de Estado que fazem a gestão dos corpos e a manutenção de normas estáveis e ideais regulatórios de sexo/gênero”. Para não seguir “amolando facas” (Baptista, 1999), é preciso que a profissão esteja atenta.

Pensando nisso, como objetivo geral da presente pesquisa, buscou-se conhecer as representações sociais da pessoa transexual entre estudantes de psicologia. É importante conhecer as representações sociais porque elas podem determinar comportamentos com relação ao objeto representado por parte desses futuros profissionais de psicologia.

Através da análise prototípica da tarefa de evocação livre proposta aos/as estudantes percebeu-se que as representações sociais de estudantes dos primeiros e dos últimos períodos não se mostraram drasticamente diferentes. “Mudança de sexo”, “Gênero” e “Identidade” e “Coragem” provavelmente compõem o núcleo central da representação social da pessoa transexual para os/as estudantes dos primeiros períodos. “Preconceito” e “Liberdade” aparecem na primeira periferia, enquanto que “Aceitação”, “Respeito” e “Sofrimento” surgem na segunda.

É possível que “Mudança de sexo”, “Identidade”, “Sexo” e “Gênero” componham o núcleo central da representação social da pessoa transexual para os/as estudantes dos últimos períodos. Na primeira periferia aparecem “Preconceito” e “Coragem”, enquanto que na segunda surge “Aceitação”.

A análise de conteúdo das respostas dadas às perguntas abertas feitas aos/as estudantes parece confirmar “Identidade” e “Mudança” no núcleo da representação social da pessoa transexual. A compreensão da transexualidade como uma possibilidade identitária vai ao encontro dos interesses do movimento transexual e contribui para a promoção da equidade social.

Quando questionados/as a respeito de situações envolvendo gênero e sexualidade nas quais o/a psicólogo/a fosse convocado/a a atuar, a maior parte das unidades de registro dos estudantes dos primeiros períodos e quase a metade das unidades de registro dos/as estudante dos últimos falavam de um entendimento mais clínico, individual, “remediador” e passivo do trabalho do/a psicólogo/a.

Ainda que em menor escala, os/as estudantes falaram também da atuação do profissional de psicologia em outros contextos, como no processo transexualizador, no âmbito jurídico, nas políticas públicas e na educação. Será que a formação prepara para trabalhar nessas diferentes frentes?

Constatou-se que metade dos/as estudantes já ingressa na universidade acreditando que a formação não será suficiente para atuar com questões de gênero e sexualidade. Ao chegarem aos últimos períodos, mesmo que 83% já tenham participado de alguma atividade envolvendo a temática, 86% acreditam que a formação não os preparou adequadamente para tal. A maioria das atividades mencionadas foram atividades desenvolvidas fora de sala de

aula, em eventos pontuais e de temática específica, partindo do/a estudante a iniciativa de participar ou não.

Essa pesquisa apresentou limitações. O número de participantes não foi tão elevado dada a entrada de apenas uma turma por ano na universidade, além de certa evasão. Os resultados não são generalizáveis, falam de grupos específicos de uma dada universidade. Para uma compreensão mais aprofundada das representações sociais e significados que circulam entre estudantes de psicologia são necessárias novas pesquisas.

É importante ressaltar também que os/as estudantes possuem uma determinada ideia do que é esperado deles/as enquanto futuros profissionais de psicologia. Com isso, podem ter se absterido de declarar ideias que acreditaram poderem ser lidas como preconceituosas ou desinformadas.

No entanto, diante dos resultados que foram possíveis serem encontrados, é razoável questionar a maneira como as temáticas de gênero e sexualidade (não) são tratadas na formação em psicologia, especialmente na universidade pesquisada. É desejo dos/as próprios/as estudantes conhecer mais, além de uma necessidade social.

Eventos acadêmicos que promovam debates sobre gênero e sexualidade são importantes e necessários. Contudo, esse tipo de discussão deve ser levada para a sala de aula de maneira mais robusta, abrangendo todos/as os/as estudantes. Pode acontecer, portanto, condensada em uma única disciplina ou de maneira transversal ao longo do curso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G.; MURTA, D. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sex., Salud Soc.**, Rio de Janeiro, n. 14, p.380-407, ago. 2013.

ARÁN, M.; MURTA, D. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis**, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009.

ÁRAN, M.; MURTA, D.; LIONÇO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, 2009.

ARÁN, M.; Zaidhaft, S.; MURTA, D. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Psicol. Soc.**, v. 20, n.1, p.70-79, abr. 2008.

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-III-R**. 3ª ed. São Paulo: Manole, 1989.

\_\_\_\_\_. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-IV**. Disponível em: <[https://www.psiquiatriageral.com.br/dsm4/sub\\_index.htm](https://www.psiquiatriageral.com.br/dsm4/sub_index.htm)>. Acesso em: 07 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Disponível em: <<https://antrabrazil.org/mapadosassassinatos/>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

BAPTISTA, G. T. et al. Representações sociais de homens e mulheres transexuais para estudantes de psicologia. In: Seminário internacional de educação e sexualidade, 4, Encontro internacional de estudos de gênero, 2, 2016, Vitória. **Anais eletrônicos...** Vitória: UFES, 2016. Disponível em: <[http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1466680421\\_ARQUIVO\\_Pessoastranstrabalhocompleto\(ultimaversao\).pdf](http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1466680421_ARQUIVO_Pessoastranstrabalhocompleto(ultimaversao).pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2018.

BAPTISTA, L. A. A atriz, o padre e a psicanalista: os amoladores de faca. In: \_\_\_\_\_. **A cidade dos sábios**. São Paulo: Summus, 1990.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BENTO, B. **A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

\_\_\_\_\_. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Rev. Estud. Fem.**, v. 20, n. 2, p.559-568, ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 457 de 19 de agosto de 2008. Aprova a regulamentação do processo transexualizador no âmbito do SUS. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 ago. 2008. Seção 1, p. 69.

\_\_\_\_\_. Portaria n.1.707 de 18 de agosto de 2008. Institui no âmbito do SUS o processo transexualizador a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 19 ago. 2008. Seção 1, p. 43.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 nov. 2013. Seção 1.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. Em: LOPES, G. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 176p.

CAMPOS, P. H. F. A abordagem estrutural e o estudo das relações entre práticas e representações sociais. In: Campos, P. H. F.; LOUREIRO, M. C. S. (orgs.) **Representações Sociais e Práticas Educativas**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2003, p. 21-36.

CARVALHO, M. F. L. **Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. 2011. 147f. Dissertação (Mestrado em Medicina Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2011.

CASTEL, P. H. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do ‘fenômeno transexual (1910-1995)’. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 21, p.77-111, 2001.

CEPES. **Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras – 2014.** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

CLAM. **Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade v.2.** Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

COLLUCCI, Claudia. Transexualismo deve sair da lista de doenças mentais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 dez. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM N. 1955 de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, n. 2002. Seção 1, p. 80-81.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE PSICOLOGIA; FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PSICÓLOGOS. **Ano da formação em Psicologia 2018: Revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.** Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacoes/relatorios-e-cartilhas/>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A Psicologia brasileira apresentada em números.** Disponível em: <<http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Código de Ética Profissional do Psicólogo.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005

\_\_\_\_\_. **Despatologização das identidades trans e travestis.** 2014. Arquivo de vídeo. Disponível em: <<http://despatologizacao.cfp.org.br/videos/>>. Acesso em: 5 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans.** 2018. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-t%C3%A9cnica-processo-Trans.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Resolução CFP N.º 001/2018 de 29/01/2018.** Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação pessoas transexuais e travestis. 2018. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2018.



\_\_\_\_\_. **CFP vai recorrer da sentença sobre Resolução 01/99**. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/cfp-vai-recorrer-da-sentenca-sobre-resolucao-01-99/>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

COSTA, R. S. M. **Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960: relatos do jornal O Snob**. 2010. 128f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

COSTA, S. D. A psicologia e as transdiversidades: transitando entre desafios e possibilidades da prática. In: UZIEL, A. P.; GUILHON, F. **Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsitos**. Rio de Janeiro: EdUERj, 2017.

DESCHAMPS, J. MOLINER, P. Introdução – Por que razão uma obra sobre a identidade e as representações? In: \_\_\_\_\_. **A identidade em psicologia social: Dos processos identitários às representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DINIS, N. F. **Discursos sobre homossexualidade e gênero em um curso de formação em Psicologia**. ETD: Educação Temática Digital, v. 14, p. 62-75, 2012.

Duveen, G. Introdução: O poder das ideias. In: Moscovici, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: Guareschi, P. & Jovchelovitch (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

FERREIRA, M. C. A Psicologia Social Contemporânea: Principais Tendências e Perspectivas Nacionais e Internacionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. especial, p. 51-64, 2010.

FLAMENT, C. Estrutura e dinâmica das representações sociais. In: Jodelet, D. (Org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 173-187.

JESUINO, J. C. J. Um Conceito Reencontrado. In: Almeida, A. M. O., SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (orgs.) **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014, p. 41-75.

LAHLOU, S. Difusão das Representações e Inteligência Coletiva Distribuída. In: Almeida, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (org.) **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014, p. 77-132.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LEITE JR, J. **“Nossos corpos também mudam”**: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume, 2011, 240 p.

LIONÇO, T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis**, v. 19, n. 1, p.43-63, 2009.

LHULLIER, L. A. ROSLINDO, J. As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In: LHULLIER, L. A. (org.) **Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MATTOS, A. R.; CIDADE, M. L. R. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Periódicus**, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out. 2016.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, D. C. et al. Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P. et al.. (orgs.). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa, PB: UFPB – Ed. Universitária, 2005, p. 573-603.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Doenças**. 1980. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>>. Acesso em: dez. 2015.

SÁ, C. P. **Núcleo Central das Representações Sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996a.

\_\_\_\_\_. Representações Sociais: Teoria e Pesquisa do Núcleo Central. **Temas em Psicologia**, n. 3, p. 19-33, 1996b.

SÁ, C. P., et al. A memória histórica do regime militar ao longo de três gerações no Rio de Janeiro: sua estrutura representacional. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 26, n.2, p. 159-171, 2009.

SANT'ANNA, H. C. OpenEvoc: Um programa de apoio à pesquisa em representações sociais. In: VII Encontro Regional da ABRAPSO – ES. Psicologia social: desafios contemporâneos. **Anais...**, Vitória, ES, 7, 2012.

SANTOS, A. B., SHIMIZU, H. E.; MERCHAN-HAMANN, E. Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 19, n. 11, p.4545-4554, nov. 2014.

SPINK, M. J. (2012) Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH (orgs.) **Textos em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012, p.95-118.

STOP TRANS PATHOLOGIZATION. **Manifesto**. Disponível em: <<http://www.stp2012.info/old/pt/manifesto>>. Acesso em: 5 dez. 2015.

TEIXEIRA, F. B. **Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade**. Campinas, SP: 2009. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

TRANSGENDER EUROPE. **Trans Murder Monitoring**. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-update-trans-day-remembrance-2017/>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

UZIEL, A, P. LIMA, M. L. C. L. Gênero e sexualidade na formação e prática profissional em psicologia. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres**. Brasília: CFP, 2013.

VALA, J. (2004) Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In: VALA, J; MONTEIRO, M. B. (Coords.). **Psicologia social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 457-502.

VIEIRALVES, R. Prefácio. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (orgs.) **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014, p. 07-20.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. Em: LOURO, G.L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica. 1999. 127 p.

WACHELKE, J.; WOLTER, R. Critérios de Construção e Relato da Análise Prototípica para Representações Sociais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v. 27, n. 4, p. 521-526, out.-dez. 2011.

WOLTER, R. M. C. P. Serge Moscovici: um pensador social. In: Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S.; Trindade, Z. A. (orgs.) **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014, p. 27-38.